

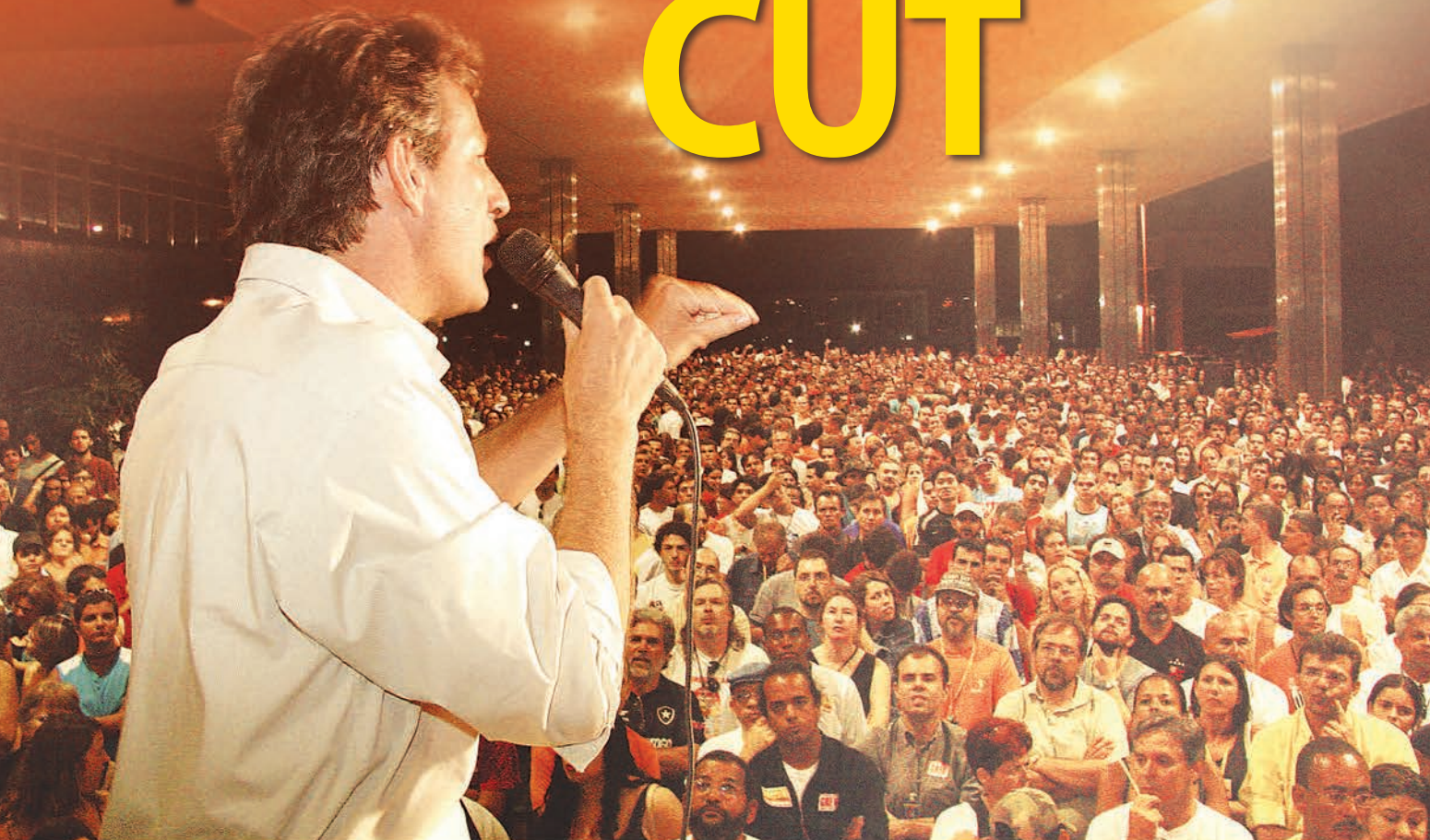


Extratos

Ano 4
Número 6

Entrevista **exclusiva**

Por que **Jacy Afonso** deve ser o novo presidente da **CUT**



PREVI

MIRIAN FOCHI DESTACA AS MELHORIAS NA GESTÃO DO FUNDO DURANTE SEU MANDATO COMO CONSELHEIRA DELIBERATIVA



Presidente

Rodrigo Lopes Britto (BRB)

Secretário-geral

André Matias Nepomuceno (BRB)

Secretário de Finanças

Enilson Cardoso da Silva (Caixa)

Secretário de Administração

Edmilson Wanderley Lacerda (Itaú Unibanco)

Secretária de Imprensa

Rosane Maria Gonçalves Alaby (Santander)

Secretária de Assuntos Parlamentares

Maria Aparecida Sousa (BRB)

Secretário de Assuntos Jurídicos

Rafael Zanon (BB)

Secretário de Política Sindical

Saulo Rodrigues dos Santos (BB)

Secretário de Cultura

José Garcia de Sousa Rocha (Bradesco)

Secretária de Assuntos com a Comunidade

Louraci Morais dos Santos (Itaú Unibanco)

Secretária de Saúde

Fabiana Uehara Proscholdt (Caixa)

Secretário de Formação Sindical

Wandêir Souza Severo (Caixa)

Secretário de Estudos Socioeconômicos

Antonio Eustáquio Ribeiro (BRB)

Secretário de Divulgação

Jeferson Gustavo Pinheiro Meira (BB)

Antonio Abdan (Caixa)

Cenira Rodrigues de Freitas (BRB)

Cristiano Alencar Severo (BRB)

Eduardo Araújo de Souza (BB)

Eliete Boaventura Sant'Anna (BB)

Elza Maria de Oliveira (BB)

Francinaldo Araújo Costa (Caixa)

Hélio Gregório da Silva (BB)

Kleyton Guimarães Morais (BB)

Luana Regina Euzébia da Silva (BB)

Maira Dalana Araújo Fialho (BRB)

Manoel Francisco Duque de Sousa (BRB)

Márcio Teixeira (Bradesco)

Maria Auxiliadora de Oliveira Silva (Caixa)

Ossama Ali Yousef R. Fares (BB)

Paulo Frazão (Piqui) (HSBC)

Peterson Gomes de Miranda (BB)

Raimundo Dantas (HSBC)

Reinaldo Cardoso Freitas (Caixa)

Renato Shalders (Caixa)

Roberto de Sousa (Itaú Unibanco)

Rogério Fernandes Dias (BB)

Romero Silveira de Carvalho (Caixa)

Sandro Silva Oliveira (Itaú Unibanco)

Sarah França Rocha de Lima (Caixa)

Talita Régia da Silva (Cooperforte)

Vanessa Sobreira Pereira (Caixa)

Wadson Francisco dos Santos Boaventura (BB)

Waldir Fonseca Braga (Caixa)

Washington Henrique da Silva (Itaú Unibanco)

Apresentação

Queremos alternância na presidência da CUT

Depois de quase três décadas sendo conduzida somente por dirigentes de São Paulo, chegou o momento da alternância na presidência da Central Única dos Trabalhadores (CUT). É preciso contemplar outras categorias, gênero e estados. E o nome do companheiro Jacy Afonso, atual secretário de Organização da CUT, desponta pelos quatro cantos do país como contraponto a essa hegemonia.

Ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília e da CUT-DF, Jacy Afonso tem todas as credenciais para assumir a maior central sindical da América Latina e quinta maior do mundo. É experiente, competente e comprometido com a causa do conjunto dos trabalhadores. "Creio que tenho um perfil apropriado, que dialoga melhor com todos os setores, que tem uma história, características e concepções para ser presidente", disse em entrevista nesta edição de **Extratos**.

Jacy revela as principais bandeiras que o motivaram a se candidatar à presidência da CUT, como a luta pela não cobrança de imposto sindical, e sua importante e vibrante trajetória no movimento sindical. Atendendo um pedido recorrente dos trabalhadores, a

candidatura de Jacy Afonso revigora as bases dos sindicatos e renova as perspectivas para o futuro do movimento.

A oitava edição de **Extratos** traz ainda reportagens sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, sem esquecer as polêmicas sociais e econômicas que envolvem a obra, e sobre a desocupação indígena que ocorre no novo Setor Noroeste de Brasília em prol de construtoras. O assunto já chegou à Câmara Legislativa do Distrito Federal e segue inconcluso.

Nesta edição, você também confere uma reportagem especial sobre Paris. Com sua arquitetura, seus parques, suas avenidas, seus artistas e sua culinária, a capital da França é um destino imperdível. Segunda cidade mais visitada do mundo, com 18,1 milhões de turistas recebidos em 2011, Paris reúne alguns dos melhores museus e galerias de arte, além de atrações famosas como a Torre Eiffel, o Arco do Triunfo e a Catedral de Notre-Dame.

Boa leitura.

ROSANE ALABY

Secretária de Imprensa

Expediente



Presidente

Rodrigo Lopes Britto
presidencia@bancariosdf.com.br

Secretária de Imprensa

Rosane Alaby

Conselho Editorial

Antonio Eustáquio, Rafael Zanon,
Rosane Alaby e Wandêir Severo

Jornalista responsável e edição

Renato Alves

Editor Assistente

Rodrigo Couto

Redação

Rodrigo Couto, Thaís Rohrer,
e Pricilla Beine

Projeto gráfico, diagramação e edição de arte

Valdo Virgo

Assistente de arte

Marcos Alves

Webmaster

Elton Valadas

Fotografia

Agnaldo Azevedo

Colaboração

Cícero,
Hanilson
e André Shalders

Foto da capa

Agnaldo Azevedo

Sede EQS 314/315 - Bloco A - Asa Sul - Brasília (DF) - CEP 70383-400

Telefones (61) 3262-9090 (61) 3346-2210 (imprensa) Fax (61) 3346-8822

Endereço eletrônico www.bancariosdf.com.br e-mail imprensa@bancariosdf.com.br

Tiragem 25 mil exemplares Distribuição gratuita

Todas as opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF

Sindicato dos Bancários de Brasília





■ Entrevista

Jacy Afonso conta por que aceitou o desafio de concorrer à eleição para presidente da CUT

Página 22

■ Editorial

Autonomia, independência e solidariedade de classe

Página 4

■ Meio ambiente

Os números e efeitos que envolvem a construção da hidrelétrica de Belo Monte

Página 6

■ Turismo e Lazer

As atrações e os segredos de Paris, a segunda cidade mais visitada do mundo

Página 10

■ Terceirização

Terceirização se acirra no país, pondo em risco direitos trabalhistas

Página 15

■ Movimento sindical

Bancários do Entorno ganham força com criação do seu sindicato

Página 17

■ Ocupação urbana

A criação no setor Noroeste e a questão indígena

Página 19

■ Saúde do trabalhador

A licença-saúde pode virar um tormento na vida do trabalhador

Página 29

■ Crise financeira

Movimentos populares formados por jovens ressurgem em todo o mundo

Página 30

■ Sindicato em ação

Mobilização em todas as frentes para conquista de direitos

Página 36



■ Previdência complementar

Mirian Fochi fala sobre as melhorias na gestão da Previ

Página 13

■ Além de Bancário, sou...

As facetas de Luri Scardua

Página 40

■ Unidade dos Trabalhadores

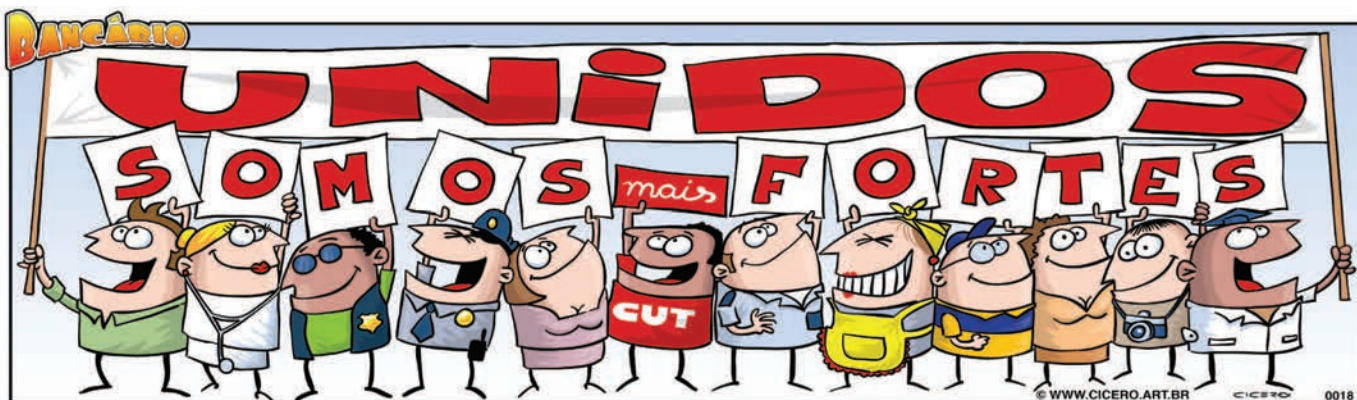
Bancários na luta ao lado de outras categorias

Página 42

■ Para refletir

A arte engajada de Hamilton

Página 43



Autonomia, inde e solidarieda



pendência de de classe

Companheir@s

Estamos em um ano ímpar para a classe trabalhadora e para o nosso país. Em um momento onde o mundo possui uma conjuntura que apresenta crises no sistema capitalista e o Brasil enfrenta novos desafios buscando fortalecer seu crescimento interno e se apresenta definitivamente como um dos países líderes mundiais, nós temos vários debates e eleições que envolvem a classe trabalhadora que podem definir rumos capazes de mudar de forma substancial nossa história.

Nos últimos anos, o movimento sindical passou por transformações e provações. Saiu da fase da resistência, enfrentou os ataques neoliberais e alcançou uma nova etapa de construção e formulação de novas conquistas para a classe trabalhadora. Percebe-se claramente que, nos últimos anos, diversas categorias conquistaram aumento real de salários e novas cláusulas nos acordos e convenções coletivas que beneficiaram os trabalhadores. Mas temos que ficar atentos, pois a situação pode mudar.

Os sindicatos têm sempre que ter em mente que nos momentos decisivos eles precisam se posicionar, principalmente nos períodos eleitorais. Porém, ter posição e defender um projeto não significa ser submisso. Por isso, é necessário que as entidades sindicais mantenham sua independência e autonomia perante governos e patrões e façam, sempre, a luta em defesa da classe trabalhadora. Além disso, precisam praticar de forma efetiva a solidariedade de classe. Os patrões e os setores conservadores de nosso país estão do mesmo

lado. E se nós, trabalhadores, não unirmos forças, seremos presas fáceis para eles.

O enfraquecimento dos sindicatos – como ocorreu durante os oito anos do governo FHC –, significa a perda de direitos e de massa salarial. Por isso, com o fortalecimento do movimento sindical, que também passa pelo engajamento efetivo dos trabalhadores nas lutas, nosso movimento de resistência pode fazer a diferença nas batalhas que virão pela frente.

Ousadia

Sendo assim, entendo ser necessário que os trabalhadores do Distrito Federal e do Brasil acompanhem de perto as eleições da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nossa entidade, o Sindicato dos Bancários de Brasília, terá duas candidaturas para a Central. O companheiro Jacy Afonso disputará a presidência da CUT Nacional, onde poderemos, pela primeira vez, ter um presidente da região Centro-Oeste.

E na CUT do Distrito Federal, após várias conversas com diversos companheiros da diretoria do Sindicato, de outras entidades sindicais, mas principalmente com colegas trabalhadores do ramo financeiro, decidimos apresentar meu nome para disputar a presidência da Central.

Em seus quase 51 anos de história, o Sindicato dos Bancários de Brasília sempre esteve presente nas principais lutas dos trabalhadores brasileiros, como no Impeachment do ex-presidente Collor e no período neoliberal do governo FHC. Além disso, é uma das entidades sindicais que aplicam efetivamente a solidariedade de classe, contribuindo, de



O COMPANHEIRO
JACY AFONSO E
EU QUEREMOS
FORTALECER A AÇÃO
DOS SINDICATOS,
APROXIMAR AS
ENTIDADES SINDICAIS
DOS TRABALHADORES
E AMPLIAR AS **NOSSAS**
CONQUISTAS.

fato, com a luta de outros trabalhadores, como os vigilantes, os trabalhadores da limpeza urbana, entre outros.

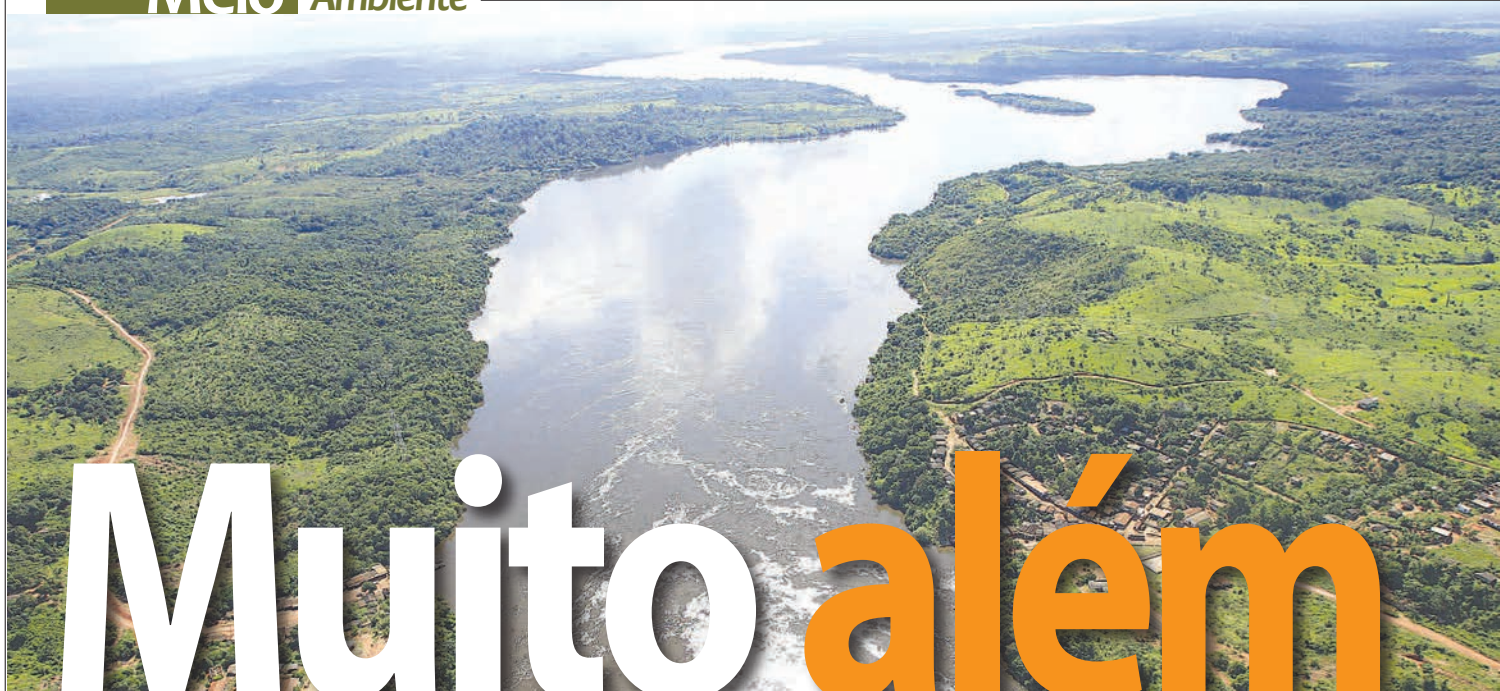
É por esses e outros motivos que os dois candidatos do Sindicato dos Bancários de Brasília têm condições de ocupar postos-chave na maior central sindical da América Latina e que também é a quinta maior do mundo.

O companheiro Jacy Afonso e eu queremos fortalecer a ação dos sindicatos, aproximar as entidades sindicais dos trabalhadores e ampliar as nossas conquistas.

Da mesma forma que fazemos em nosso sindicato, pretendemos resgatar velhos princípios, renovando as práticas e defendendo de forma intransigente os trabalhadores. Afinal, **SOMOS FORTES, SOMOS CUT!**

Saudações CUTistas,

RODRIGO BRITTO,
Presidente do Sindicato



Muito além do boto cor de rosa

Maior obra em curso no país, Belo Monte envolve números e interesses que extrapolam as fronteiras do Pará e do Brasil. Entenda o porquê

→ ANDRÉ SHALDERS
Colaboração para a **EXTRATOS**

Até os anos 1970, toda a Região Norte do Brasil era abastecida por usinas termoeletricas, que geram energia a partir da queima de combustíveis fósseis como carvão e petróleo. Com a alta súbita dos preços do petróleo a partir de 1973, o Estado fez a opção por abastecer a região com energia hidrelétrica. São dessa época os primeiros projetos de usinas hidrelétricas na região, como a de Balbina, no rio Uatumã, no estado do Amazonas, planejada para abastecer a cidade de Manaus e as regiões próximas. Após a conclusão do projeto, em 1988, até mesmo o governo federal reconheceu o erro representado pela usina.

Por conta do pequeno fluxo de água do Uatumã, Balbina produz apenas 250 megawatts de energia por hora, apesar de ter inundado uma área de 2.360 km², mais de quatro vezes o previsto em Belo Monte, que está sendo construída no rio Xingu, no Pará. A decomposição das árvores na área alagada faz com que Balbina libere, por megawatt-hora, três toneladas de gases como metano e dióxido de carbono. É dez vezes mais do que uma usina termoeletrica. O fiasco econômico, social

e ambiental de Balbina foi propiciado, principalmente, pela forma atropelada como ela foi planejada e construída. E o que isso tem a ver com Belo Monte? De acordo com críticos do projeto, a nova mega-hidrelétrica brasileira pode se converter num pesadelo similar ao de Balbina.

O consórcio que operará Belo Monte, chamado Norte Energia, prevê que a primeira unidade da usina entre em funcionamento em 2015, após quatro anos de obras. O prazo para a conclusão total do projeto é de dez anos, e termina em 2021. No pico das obras, em 2013, a hidrelétrica empregará por volta de 18 mil trabalhadores em sua construção, e outras 54 mil pessoas devem ser atraídas para a região, de acordo com projeções da Norte Energia.

Além da barragem principal, a 40 km da cidade de Altamira, um barramento adicional será construído no Sítio Bela Vista, alguns quilômetros à frente. Também serão construídos três canais para diminuir a área alagada – dois de 12 km e um, chamado canal de junção, de 18 km de extensão. Para manter os canais, serão construídos 27 diques. Junto à barragem principal, localizada no chamado Sítio Pimental, haverá uma escada para peixes para permitir a pirace-

“
AO FIM DAS OBRAS, BELO MONTE DEVE ALAGAR UMA **ÁREA TOTAL DE 516 KM²**, O QUE EQUIVALE A CERCA DE **7 MIL SUPERQUADRAS DO PLANO PILOTO** OU 36 VEZES A ÁREA DA ASA SUL DE BRASÍLIA.

Números Belo Monte

Área de impacto

A área total afetada pela usina e pelas obras que serão necessárias (linhas de transmissão, diques, "sequeiros", canais) é de 1522 km², o que equivale à área total da RA de Planaltina, a maior do DF. No Estudo de Impacto Ambiental de BM, essa área é chamada de ADA (Área Diretamente Afetada).

Empregos

De acordo com o Consórcio Norte Energia, a obra deve empregar cerca de **18 mil pessoas** diretamente, no seu auge em 2013. Outras **54 mil** devem ser atraídas para a região, de acordo com os estudos do consórcio.

Custo

De acordo com as últimas projeções, a obra deve custar entre **26 e 30 bilhões** de reais. Desse valor, 80% deve ser financiado pelo BNDES. Com 26 bilhões de reais, dá para comprar **seis iPad 2 para cada morador do DF**.

A população da cidade de **Altamira**, a apenas 40 km da barragem, é de 105 mil habitantes, de acordo com dados de 2010 do IBGE.

1225 km² era a área original do lago de Belo Monte, no projeto do complexo de Kararaô, elaborado na ditadura militar e apresentado em 1989. É 2,3 vezes menor que o atual

Reservatório

Ocupará uma área de 516 km², o que equivale a cerca de **7 mil superquadras** do Plano Piloto, ou 36 vezes a área da Asa Sul.

Cerca de 60x é a variação da quantidade de água no Rio Xingu ao longo do ano.

Se tudo correr dentro do planejado, a obra durará quatro anos, e a usina começará a funcionar em 2015.

■ Vazão atual do rio ■ Região com vazão aumentada após a obra ■ Região com vazão reduzida após a obra

ma. Além disso, haverá a construção de linhas elétricas de alta voltagem para integrar Belo Monte ao Sistema Interligado Nacional, que congrega o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil.

Ao fim das obras, Belo Monte deve alargar uma área total de 516 Km², o que equivale a cerca de 7 mil superquadras do Plano Piloto ou 36 vezes a área da Asa Sul de Brasília. A área total afetada por Belo Monte, incluídos aí linhas de transmissão, canais, diques e a região do Xingu que terá sua vazão diminuída, será de 1.522 km². Nesta área, vivem atualmente cerca de 120 mil habitantes não indígenas, de acordo com dados de 2010 do IBGE. Desses, 105 mil vivem no município de Altamira.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental de Belo Monte, vivem na região uns 12 grupos indígenas conhecidos pelo homem branco, fora os índios que vivem isolados. Segundo estudos alternativos elaborados por organizações não governamentais, uma boa parte desses grupos tem seus aldeamentos próximos aos canteiros de obras.

Apesar das divergências sobre os números, o custo total do projeto deve ficar entre 26 (de acordo com o consórcio) e 30 bilhões

de reais (segundo os críticos do projeto). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve financiar até 80% desse valor, a serem pagos dentro de 30 anos. O consórcio responsável pela operação de Belo Monte é composto principalmente por empresas públicas da área de energia, como a Eletronorte (19% das ações), Eletrobrás e Chesf (com 15% cada uma).

Participam também fundos de pensão de empresas públicas (a Funcef, da Caixa, com 5%, e a Petros, com 10%). O capital privado responde por cerca de 10% do consórcio, representado pelas mineradoras Vale do Rio Doce (com 9%) e Sinobrás, além da J. Malucelli com 0,25%. Ao todo, 11 grupos participam da construção da usina.

Analisando as condições impostas pelo governo em meados de 2010, quando ocorreu o leilão que definiu o consórcio responsável pelo projeto, grandes empresas como Odebrecht e Camargo Corrêa desistiram de participar da operação. Essas duas empresas, além da Andrade Gutierrez, foram as escolhidas para operar, contratadas pela Norte Energia, a construção de Belo Monte. Ao contrário da Norte Energia, o Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) é quase totalmente composto por empresas privadas.

População indígena

De acordo com o EIA de Belo Monte, existem cerca de **12 grupos indígenas vivendo no local**, das etnias Kararaô, Arara, Juruna, Araweté Parakanã e outros. As possíveis tribos isoladas existentes na região não foram consideradas. Índios isolados são aqueles que ainda não conhecem o homem branco.

Energia

O preço estabelecido pelo leilão da Construção de Belo Monte, em meados de 2011, foi de **R\$ 78,00 por megawatt**.

11.230 megawatts é a capacidade máxima de Belo Monte. Por conta da variação na oferta de água, Belo Monte fornecerá, em média (no período de um ano) apenas **39,7%** de sua capacidade.

Localização



Altamira nunca mais será a mesma

Prefeitura de Altamira/Divulgação



“O lha, tem alguns bairros aqui em Altamira, como o meu (o bairro da Aparecida), o Boa Esperança e a Invasão dos Padres, que são bairros pobres da cidade, onde todo ano tem enchente. Isso é normal nos baixões (bairros da periferia), só que esse ano, por causa das ensecadeiras, que desviaram o fluxo do rio, a enchente parece que veio mais forte. Uma boa parte do bairro já está alagada. A água já está a um metro mais ou menos da minha casa. Eu mesmo penso em ir para o abrigo hoje ou amanhã [no dia 4 de fevereiro]”, disse à **Extratos** a dona de casa Elisângela Alves Barros, de 27 anos, moradora da periferia de Altamira.

“Este ano o número de pessoas removidas aumentou, tanto é que o abrigo já está lotado e nós ainda estamos no início de fevereiro. Eles devem construir outro abrigo. Quando acaba a área dentro do abrigo, eles começam a construir tendas de lona para as pessoas ficarem. Só que este ano já não tem espaço mais nem para colocar as tendas. São mais de mil famílias que já foram removidas”, completa ela.

Em julho de 2011, cerca de 180 famílias deixaram os chamados “baixões” para viver numa ocupação, no outro lado da cidade. A maioria dos moradores reclamava da alta repentina dos aluguéis. “Estão vindo pessoas de tudo quanto é lugar, fazendo propostas de aluguel muito melhores do que as que a gente paga. Então estão todos sendo forçados a sair”, disse um morador ao jornal Brasil de Fato.

As mudanças causadas por Belo Monte na pequena Altamira vão muito além da água. A chegada dos novos moradores à região alterou a rotina pacata da cidade. “Eu tenho cinco filhos. São quatro meninos e a caçula Maria Eduarda, de 4 anos. Eu queria poder trabalhar fora de casa, tenho muita vontade. Só que eu não vou porque tenho medo de deixar minhas crianças aqui sozinhas ou de deixar elas com qualquer um. Está muito perigoso aqui em Altamira, especialmente para os menorzinhos. Eu sempre morei em Altamira, cresci aqui, e isso aqui

nunca foi desse jeito”, continua Elisângela.

Fabiano Vitoriano, de 26 anos, é professor de matemática em Altamira. Ele reclama da violência e da sobrecarga da infraestrutura da cidade, desde o início das obras. “Não estão atendendo ninguém nos hospitais e postos de saúde. Só para você ter uma ideia, eu preciso fazer uma cirurgia eletiva, preciso operar uma colostomia, há seis meses. Hoje, existem 47 casos de urgência na minha frente, e vão sempre chegar mais, porque não para de chegar gente estropiada dos canteiros de obras. É gente esfaqueada, atropelada, que não para de chegar”, narra ele.

“Todo dia chega mais gente. Na rodoviária de Altamira, todos os dias chegam ônibus lotados de gente. Muitos sem nem ter pra onde ir. Eles montam as redes numas árvores próximas da rodoviária e ficam ali esperando o emprego em Belo Monte”, continua Fabiano. Segundo ele, a chegada de novos moradores também agravou problemas de segurança no local, especialmente relacionados à prostituição. “É muito homem chegando aqui. Tem ruas que antes eram tranquilas e que agora têm movimento de bordel à noite. São muitos bordéis, muitos mesmo. Vieram mulheres de fora, com a intenção de se prostituir, assim como foram aliciadas algumas daqui”, conta o professor, que também é militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A reportagem pergunta a Fabiano se ele gostaria de dizer algo às autoridades em Brasília. “Eu pediria que eles parassem a construção de Belo Monte, simplesmente isso. Mas eu sei que é até ingenuidade minha pedir isso, porque a construção da Usina é um projeto da burguesia brasileira, e de certos setores do governo que se mostram muito insensíveis ao nosso sofrimento aqui na região”, diz ele, cético.

Por outro lado, dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho mostram que, com o início das obras em 2011, a geração de vagas de emprego em Altamira cresceu quase 20% nos primeiros sete meses daquele ano.

Energia para quem?

“A vazão do Rio Xingu varia muito na oferta de água. Ela varia de 760 m³/seg na época da seca para 28.000 m³/seg na cheia. Essa vazão máxima só ocorre durante dois meses por ano. Com uma oferta entre 2.000 m³/seg e 1.700m³/seg, a capacidade da usina já fica comprometida”, afirmou à **Extratos** o engenheiro elétrico e professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Francisco del Moral Hernández, coordenador do Painel de Especialistas que elaborou um estudo criticando as análises de viabilidade ambiental de Belo Monte. Trocando em miúdos, o Rio Xingu, ao longo do ano, varia em cerca de 60 vezes sua vazão. Isso faz com que a chamada “energia firme”, ou seja, o potencial médio da usina ao longo do ano, seja de apenas 39,7% da capacidade instalada total, de 11.230 megawatts.

Pelo acordado no leilão que deu ao consórcio o direito de construir e operar Belo Monte, cada megawatt gerado pela usina deverá ser vendido por R\$ 78, 00, valor que acabou afastando a maioria dos empreendedores privados do negócio. “Isso indica que há algo de podre no reino da Dinamarca, pois essas empresas não costumam entrar para perder dinheiro. Nenhum banco privado quis participar do consórcio para a operação da usina. O capital privado vai construir, mas não vai operar. E o dinheiro para a construção virá todo do BNDES. Eu não tenho acesso às decisões dessas empresas, mas só posso supor que ninguém vislumbrava a possibilidade de lucrar, porque se retiraram do leilão”, afirma Hernández, levantando dúvidas sobre o custo final da eletricidade produzida por Belo Monte.

Ainda de acordo com Hernández, a produção de energia no Norte do país está fortemente relacionada à expansão de atividades que demandam muita energia elétrica, como a produção de alumínio. “A

construção dos megaprojetos na Amazônia brasileira está ligada diretamente a uma vocação econômica de exportação de produtos primários, que infelizmente não conseguimos mudar nos últimos anos, mesmo com um governo do campo democrático popular. A construção de Belo Monte é mais um reflexo dessa tendência, e o alumínio extraído no Pará é o novo pau-brasil”. O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de bauxita, mineral a partir do qual é feito o alumínio. E o estado do Pará, onde está localizada Belo Monte, responde por 85% da extração brasileira de bauxita, de acordo com dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Hernández explica que, a partir dos anos 1960, vários países industrializados que produziam alumínio, sobretudo Canadá e Japão, passaram a transferir essa produção para locais onde a energia é mais barata, como no Brasil. “O que fazemos atualmente é a ‘exportação bruta de energia’, que vendemos junto com o alumínio bruto, e recomparamos depois na forma de produtos industrializados. Trata-se na verdade de um problema de política industrial e energética do país, e não só da questão da energia elétrica. O que deve ser questionado é o modelo de desenvolvimento adotado pelo país”, afirma ele.

Das empresas que extraem e beneficiam alumínio no Pará, a maior é a Mineração Rio Norte (MRN), respondendo por quase 70% da bauxita produzida no estado em 2010, de acordo com dados do DNPM. A MRN, por sua vez, é composta pela Vale (40%) e por grupos estrangeiros, como a norte-americana Alcoa e a inglesa BHP Billiton, a maior mineradora do mundo. Somadas, elas detêm 40% do negócio. Como é uma indústria que consome grandes quantidades de energia, as empresas de alumínio recebem generosos subsídios governamentais na compra de eletricidade.

Junto com o alumínio bruto e a energia elétrica, o Brasil está também exportando empregos. Em 2008, o setor de alumínio foi responsável por 3% das exportações brasileiras, e movimentou 4,5% do PIB industrial do país. E apesar de toda essa riqueza, gerou apenas 64 mil empregos diretos naquele ano. Conforme explica Hernández, “enquanto a cadeia do

Foto: Wilson Dias/Agência Brasil



Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil

alumínio emprega 2,5 trabalhadores por gigawatt por hora consumidos, a siderurgia, outro setor eletrointensivo, emprega 5,4 trabalhadores. A de cimento emprega 68,6. Os setores que realmente geram empregos, como a indústria de transformação e o setor de serviços, estão fora do Brasil”, aponta o especialista.

Só uma?

A construção de Belo Monte é uma ideia antiga, que começou a ser planejada por volta de 1975, ainda na ditadura militar. Naquele ano, concluíram-se os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, onde se estudava a viabilidade da construção de um complexo de usinas hidrelétricas na região. O barramento principal do projeto foi planejado um pouco abaixo do Tabuleiro do Pimental, onde hoje está Belo Monte, e incluía outras quatro barragens rio acima, a fim de controlar a sazonalidade do rio Xingu. Na época, a barragem chamava-se Kararaô.

“O local de Belo Monte é onde fica a maior queda de água, e, portanto, o maior potencial de produção de energia. Só que para alimentar a futura potência instalada de BM, é preciso um lago enorme, que é bem maior do que o que se propõe construir. As outras barragens seriam justamente para reter a água na época das cheias”, explica o doutor em ecologia e professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Hermes Fonseca de Medeiros. “Com as outras cinco barragens, aí sim o projeto fica realmente viável, só que os impactos ambientais da cons-

Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil



829,5 tera-watts

O consumo de eletricidade no país vem crescendo a passos largos. Em 2010, o aumento da demanda foi de 7,8% em relação ao ano anterior. Em 2019, o Brasil deve atingir a marca de 829,5 tera-watts, quase o dobro dos 419 tera-watts gastos em 2009, de acordo com projeções do Plano Decenal de Expansão de Energia 2019, do governo federal.

trução de cinco barragens no Xingu são imensuráveis”, diz Hermes, que mora em Altamira, onde leciona num campi avançado da UFPA.

Em 2008, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), determinou que o barramento em Belo Monte será o único construído na região. Entretanto, Hermes se mostra cético quanto a essa possibilidade. “Ao que me parece, o objetivo é criar um fato consumado. Depois que a primeira barragem estiver pronta, terão de vir outras, para tornar a obra viável economicamente”, diz ele.

O professor Hermes teme pelos impactos ambientais na região. “A região da Volta Grande do Xingu tem várias espécies endêmicas (que só ocorrem lá) tanto de plantas quanto de animais e que ainda são muito pouco estudadas. O tabuleiro do Embaubal [um conjunto de mais de 40 ilhas] tende a sumir com a construção da usina. É uma área que fica 10 km acima da usina e é o maior local de reprodução de tartarugas da América Latina, onde nascem mais 300 mil filhotes por ano. Há também uma rica fauna de peixe-boi, boto cor-de-rosa etc”.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte, a área não seria afetada, mas Hermes, que contribuiu na preparação do Painel de Especialistas que criticou o estudo, diz que os impactos já estão sendo sentidos no local. “O EIA na verdade tem tantos problemas que a obra chegou a receber um parecer desfavorável do Ibama ainda em 2009”, completa ele. ■



Bienvenu à Paris, la Ville-Lumière

→ RODRIGO COUTO

Segunda cidade mais visitada do mundo – com 18,1 milhões de turistas recebidos em 2011 –, a capital da França reúne alguns dos melhores museus e galerias de arte, além de atrações famosas como a Torre Eiffel, o Arco do Triunfo e a Catedral de Notre-Dame. Conhecer a cultura parisiense garante lembranças inesquecíveis

Paris – Famosa mundialmente por sua arquitetura, seus parques, suas avenidas, seus museus, seus artistas e sua culinária, a capital da França é um destino imperdível. A procura é tão grande que a cidade recebeu 18,1 milhões de visitantes em 2011, perdendo apenas para Londres como o lugar mais visitado do planeta, segundo um levantamento da empresa MasterCard. Apesar da prata, Paris ainda é o sonho de consumo de milhões de turistas. Os tesouros da Cidade Luz estão espalhados pelos seus 105,40 quilômetros quadrados de extensão. Reserve tempo, disposição e, no mínimo, € 1 mil (R\$ 2.258) – fora despesas com passagens e hospedagem – para conhecer um dos locais mais fascinantes do mundo.

Tamanha procura se justifica. No século XVII, Paris foi a capital da maior potência política europeia. No século XVIII, foi o centro cultural da Europa, cuja efervescência durante o Iluminismo lhe permite ainda hoje carregar o título de Cidade Luz. E no século XIX, foi a capital da arte e do lazer. Em 1991, as margens parisienses do rio Sena foram inscritas na lista do Patrimônio Mundial da

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Depois de deixar suas malas no hotel, albergue ou na casa de amigos, chegou a hora de visitar Paris. A cidade é subdividida em 20 distritos administrativos (arrondissements). O que delimita o núcleo com os bairros do subúrbio é a Boulevard Périphérique, que é uma estrada que circunda a cidade.

Comece sua incursão pela Île de La Cité, que foi o coração da Paris medieval. Atravesse a Pont Neuf, ponte mais famosa e mais antiga da capital da França. Ela, que levará você à Île de La Cité, começou a ser construída em 1578. Na região também é possível visitar a Sainte Chapelle, igreja de 1278 e muito importante para a arquitetura francesa, uma vez que representa o período gótico. Nela também estão guardadas algumas relíquias da era medieval. O Palais de Justice estará logo ao lado. É um palácio medieval anexado ao Conciergerie, antigo Palácio da Justiça, em que, na ala norte, o turista pode visitar a sala dos guardas e também a cela onde Maria Antonieta ficou presa. Do século XVI até a Revolução Francesa, o palácio foi o parlamento de Paris.



Catedral Notre-Dame

É também na Île de La Cité onde está localizada a Catedral Notre-Dame, de estilo gótico e que é uma das mais famosas catedrais do mundo. Começou a ser construída em 1163 e na época da Revolução Francesa teve algumas imagens e esculturas destruídas, mas passou por restauração. Em Notre-Dame, é imperdível admirar a fachada Oeste e Portais, Arcobotantes, Rosáceas e a Galerie des Chimères. É obrigatório visitar Notre-Dame.

Bem em frente (no chão) à Notre-Dame fica o ponto zero de Paris, que é o marco geográfico que determina o quilômetro zero de todas as estradas que saem da cidade, servindo de referência para o cálculo das distâncias entre Paris e as demais cidades francesas.

Ainda na mesma região, próxima às margens do Sena, está a Germain-des-Prés, que é nada menos que a igreja mais antiga de Paris, construída em 990. Em frente à Germain-des-Prés, faça uma visita ao Les Deux Magots, o café que o escritor Hemingway costumava frequentar.

Siga pela Rue Bonaparte e chegará a Église Saint-Sulpice, que começou a ser construída em 1646. Citada pelo best-seller O Código da Vinci, de Dan Brown, a Saint-Sulpice teria sido o quartel-general da seita Priorado de São. De acordo com o livro, seus membros detinham o segredo de que Jesus teria sido um “mero” mortal e que sua santidade foi construída ao longo dos séculos para justificar o poder da Igreja Católica.

Depois de passar pela Saint-Sulpice, não

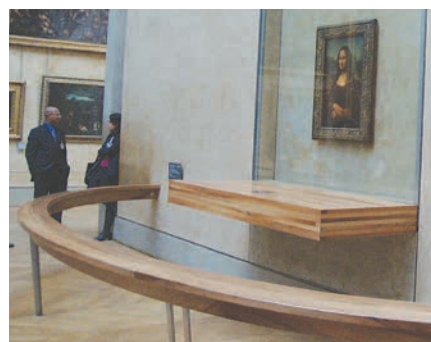
deixe de passar pelo Jardin de Luxembourg, que fica em volta do Palais de Luxembourg, sede do Senado. É um dos lugares mais relaxantes e românticos de Paris. Andando pela Rue Soufflot chegará ao famoso Panthéon, igreja concebida por Louis XV e concluída em 1789. Três anos depois, o local foi dedicado à memória dos grandes nomes da Revolução Francesa (Mirabeau, Voltaire, Marat e Rousseau) e virou oficialmente um mausoléu em 1885, quando recebeu as cinzas de Victor Hugo.

Na mesma região também se encontra outro tesouro imperdível da Cidade Luz: o Catacombes, um antigo ossuário disposto em pedreiras entre 1786 e 1814. É um labirinto de corredores obscuros com crânios e fêmures de 6 milhões de parisienses.



Musée du Louvre

Com mais de 30 mil obras de arte, o musée du Louvre possui uma das coleções de arte mais importantes do mundo. Construído como fortaleza em 1190 pelo rei Filipe Augusto para proteger Paris contra ataques vikings (é possível visitar as ruínas da antiga fortaleza no subsolo do museu), o musée du Louvre guarda tesouros como a Mona Lisa, quadro pintado por Leonardo da Vinci em 1504.



A obra retrata uma nobre fiorentina, conhecida como La Gioconda. Considerado exemplo do retrato renascentista, a Mona Lisa é o quadro mais famoso do mundo. Fica na Sala Rosa (Ala Denon). É preciso paciên-

cia para chegar próximo ao quadro. Uma multidão de turistas se aglomera em frente à Mona Lisa para tentar desvendar seu mistério - ainda hoje não descoberto.


Além da Mona Lisa, com seus módicos 77 × 53 cm, não deixe de ver a Vênus de Milo. Encontrado em 1820 na ilha de Milos, na Grécia, este ideal de beleza feminina foi feito no período helenístico, no final do século 2º a. C..

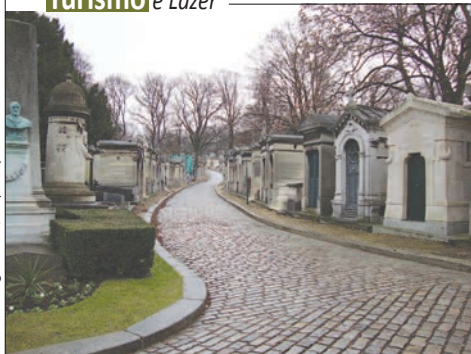
Ainda dentro do gigantesco museu é possível conhecer o Código de Hamurabi, um dos mais antigos conjuntos de leis escritas já encontrados, e um dos exemplos mais bem preservados deste tipo de documento da antiga Mesopotâmia. Segundo os cálculos, estima-se que tenha sido elaborado pelo rei Hamurabi por volta de 1700 a.C.. Foi encontrado por uma expedição francesa em 1901 na região da antiga Mesopotâmia correspondente à cidade de Susa, no atual Ira.



Fotos: Rodrigo Couto/Arquivo pessoal

Do código de Hamurabi foram traduzidos 281 artigos a respeito de relações de trabalho, família, propriedade e escravidão. O código é conhecido por ser o primeiro corpo de leis de que se tem notícia fundamentado no princípio da lei de talião, que estabelece a equivalência da punição em relação ao crime. O termo talião é originado do latim e significa tal ou igual, daí a expressão “olho por olho, dente por dente”.

Reserve, no mínimo, um dia para visitar o Louvre. Uma dica preciosa para evitar as gigantescas filas do Louvre é entrar pela porta do Carrousel (número 99 da Rue de Rivoli). Outra informação valiosa é que o museu não cobra entrada no primeiro domingo de cada mês. Para conhecer o Louvre, você desdobrará em torno de € 20 (R\$ 45). O serviço de áudio-guia oferecido pelo museu é muito útil. Vale a pena pagar alguns euros a mais para ter informações detalhadas de cada obra. 



Père Lachaise

Você incluiria um cemitério em sua lista de pontos turísticos ao visitar uma cidade? Se for a Paris, sua resposta deve ser sim. Com mais de 70 mil mortos, o cemitério de Père Lachaise é a morada de alguns dos mais famosos artistas, escritores e músicos que o mundo já conheceu: Chopin, Jim Morrison, Allan Kardec, Molière, Balzac, Proust, Delacroix e Edith Piaf. Além dos moradores ilustres, o cemitério tem uma paisagem incrível. Vale a pena. A entrada é gratuita.

Versailles

Quem vai a Paris deve reservar um dia para conhecer o Château de Versailles, que fica fora de Paris, na cidade vizinha de mesmo nome do Palácio. Foi construído entre 1660 e 1662, época em que Luís XIV, o Rei Sol, esteve no poder. É um dos maiores do mundo e um símbolo da monarquia absoluta. Para chegar até lá, pegue um trem e em sua estação terminal estará a três quarteirões do palácio.

O Palácio de Versalhes possui 2.153 janelas, 67 escadas, 352 chaminés, 700 quartos, 1.250 lareiras e 700 hectares de parque. O Salão dos Espelhos é um dos pontos altos da visita. No local foram realizadas importantes cerimônias oficiais no salão de 70 metros de comprimento, com espelhos. O Tratado de Versalhes, que encerrou a Primeira Guerra Mundial, foi ratificado aqui em 1919.



Montmartre

Em Montmartre, a Place du Tertre, praça cheia de caricaturistas, retratistas, cafés e muitos turistas, é o local ideal para um almoço e/ou caminhada. Próximo à Place du Tertre é possível visitar a Basílica du Sacré-Coeur, em estilo romano-bizantino construída entre 1875 e 1914. Ela é impressionante pelo tamanho e pela quantidade de degraus de sua escadaria. A vista da cidade é incrível e vale entrar na igreja, que tem entrada franca na parte térrea. Não são permitidas fotografias. Montmartre é o local ideal para comprar souvenirs, tanto pelo preço quanto pela variedade.

Transporte

A melhor forma de conhecer Paris é a pé. Mas como é impossível percorrer os 105,40 quilômetros quadrados da cidade caminhando, procure uma estação do metrô quando precisar de um meio de transporte rápido e barato.

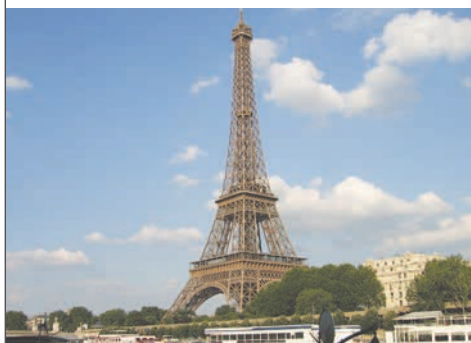
O sistema de metrô de Paris é composto por 16 linhas, identificadas por números de 1 a 14, com duas linhas menores, a 3bis e a 7bis, que se separam das linhas originais 3 e 7, respectivamente. É o quarto maior sistema de metropolitano da Europa Ocidental, após o metrô de Londres, Moscou e Madrid.

O metrô parisiense tem 213 quilômetros de linhas, com mais de 300 estações. A distância média entre uma estação e outra é de aproximadamente 300 m. A linha 14 do sistema é completamente automática, ou seja, não tem motorista de cabine. Um único preço de passagem é aplicado em todos os horários, com conexões ilimitadas. O único limite é o uso por, no máximo, duas horas.

Os bilhetes para o metrô estão à venda em todas as estações de metrô e da Rede Ferroviária de Paris (RER), nos dois aeroportos da cidade – Roissy-Charles de Gaulle (CDG) e Orly (ORY). Se você pretende ficar uma semana em Paris, a melhor opção é comprar o Paris Visite, que custa, em média, € 80 (R\$ 180). Com ele, você poderá fazer viagens ilimitadas de metrô, de ônibus e até no funicular (bondinho) do famoso bairro de Montmartre.

Outras atrações

Quem vai a Paris também não pode deixar de visitar o Arc de Triomphe (Arco do Triunfo), a Champs-Élysées, o Musée d'Orsay, o Musée de l'Orangerie, o Musée Picasso, o Jardim das Tuileries, o Bosque de Bolonha e o famoso cabaré Moulin Rouge. 📍



Tour Eiffel

Por mais que alguns turistas torçam o nariz para subir a Torre Eiffel, vale a pena esperar alguns minutos na fila que dá acesso ao monumento. Projetada pelo engenheiro Gustave Eiffel, a torre, que deveria ter sido desmontada logo após a Exposição Universal de 1889, é hoje um símbolo de Paris. Com 324 metros (incluindo a antena), foi a edificação mais alta do mundo até 1931, quando foi erguido o Empire State Building em Nova York.

A alguns quarteirões da Torre Eiffel você chegará ao Les Invalides, erguido entre 1671 e 1676 no reinado de Luís XIV. Serviu como hospital para soldados feridos em guerra e hoje abriga as Igrejas de Saint-Louis e Dôme, além do túmulo de Napoleão I e alguns museus. Atravessando a rua você encontrará o Musée Rodin, que fica na casa e ateliê do artista e algumas esculturas famosas ficam no jardim, como O Pensador, O Beijo e os Portões do Inferno.

Gestão marcada por mudanças. Para melhor

A secretária de Assuntos Jurídicos da Contraf-CUT e ex-diretora do Sindicato dos Bancários de Brasília, Mirian Fochi, fala a **Extratos** sobre as melhorias na gestão da Previ durante seu mandato como conselheira deliberativa

→ ANDRÉ SHALDERS
Colaboração para a **EXTRATOS**

Desde que assumiu, em 2008, o cargo de conselheira deliberativa eleita da Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), Mirian Fochi participou de muitas mudanças na gestão do maior fundo de pensão da América Latina - só para ter uma ideia, em 2010, a Previ ampliou seu patrimônio em 12,6%, fechando o ano com um total de US\$ 92 bilhões. Segundo a lista elaborada pela revista norte-americana *Pensions & Investments*, a Previ é atualmente a 24ª maior do setor no mundo.

Muitas mudanças aconteceram na gestão do fundo desde o início de seu mandato. De acordo com a dirigente sindical, a maioria delas foi positiva, mas “ainda é preciso aprimorar várias coisas, especialmente no que diz respeito à governança corporativa. É preciso, por exemplo, acabar com o voto de minerva e retomar as prerrogativas do corpo social, de modo a restabelecer a obrigatoriedade das consultas a esse corpo social”. Antes de integrar o conselho da Previ e a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Mirian foi diretora do Sindicato dos Bancários de Brasília por dois mandatos, período em que trabalhou intensamente contra

o assédio moral e pela igualdade de oportunidades na carreira bancária.

Da época do Sindicato, ela se lembra ainda da batalha pelo pagamento das folgas devidas aos bancários que trabalhavam em eleições. “Foi em 2006. O BB pagava apenas metade do que era devido aos bancários que trabalhavam como chefes de seção ou mesários das eleições. Fomos ao Ministério Público Eleitoral e ao Ministério Público do Trabalho e conseguimos o pagamento integral daqueles dias de folga, tal como determina a lei. A vitória beneficiou bancários de todo o país. Tivemos colegas com crédito adicional de até doze folgas nessa época”, conta ela.

A PREVI AMPLIOU SEU PATRIMÔNIO EM 12,6%, FECHANDO O ANO COM UM TOTAL DE US\$ 92 BILHÕES



Em dezembro de 2008, durante reunião do Conselho Deliberativo da Previ, Miriam propôs a adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero, uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal que visa mudar a cultura organizacional das instituições para garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento entre todas e todos, independentemente de raça e gênero. A proposta foi aprovada pela diretoria e começou a ser implantada em 2009, garantindo à Previ a obtenção do Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, que atesta o sucesso da empresa na implantação das ações do programa.

“Foi uma coisa extremamente positiva, pois, a partir da iniciativa da Previ, outros fundos de pensão passaram a adotar o programa. As empresas fornecedoras também acabaram sendo envolvidas no processo, a ideia se espalhou e produziu bons frutos. Tenho certeza de que, hoje, as mulheres desfrutam de um ambiente um pouco mais igualitário na Previ do que há três ou quatro anos”, comemora Miriam.

Em 2009, ambos os planos da Previ, o Plano 1 e o Previ Futuro, tiveram um aumento significativo no teto do chamado Empréstimo Simples, ampliando as possibilidades dos associados. Entre as melhorias que atingiram esses planos, Miriam destaca ainda o aprimoramento dos métodos de escolha e a avaliação dos investimentos feitos e dos critérios na escolha dos representantes da Previ nos conselhos das diversas empresas nas quais o fundo tem participação. Também em 2011, a taxa de administração de ambos os planos da Previ foi reduzida de 5% para 4%.

“Também precisamos estabelecer um teto para os benefícios do Plano 1. O objetivo é evitar as disparidades entre os benefícios pagos”, destaca.

Previ Futuro

Criado para os bancários que ingressaram no BB após 1998, o Previ Futuro conta hoje com uma média de 93% de adesão. “Mas isso nem sempre foi assim. Esse aumento se deve às melhorias no plano, à sua consolidação e à parceria com as GEPES de todo o país”, avalia Miriam. Entre as mudanças observadas desde 2008, destacam-se a instituição da portabilidade, o lançamento do financiamento imobiliário, o Benefício Proporcional Diferido (BPD), a aposentadoria antecipada aos 50 anos de idade, a criação do empréstimo simples reingresso e do empréstimo simples curto prazo, além da utilização de até 80% da Re-



TENHO CERTEZA DE QUE,
HOJE, AS MULHERES
DESFRUTAM DE UM
AMBIENTE UM POUCO
MAIS IGUALITÁRIO
NA PREVI DO QUE
HÁ TRÊS OU
QUATRO ANOS



serva Patronal de Poupança para quitar dívidas com o Plano, em caso de resgate.

A dirigente sindical destaca também a criação, em 2009, dos perfis de investimentos, permitindo ao associado escolher a porcentagem de suas aplicações em renda variável. O site da Previ também passou a oferecer novos serviços aos participantes, como a disponibilização dos extratos online.

Outra conquista importante no âmbito do Previ Futuro foi a possibilidade de retorno ao plano com recolhimento somente das contribuições pessoais e patronais relativas aos benefícios de risco. “Se antes, para retornar ao plano, o associado precisava desembolsar R\$ 50 ou 60 mil, dependendo do tempo em que estivesse fora do plano, hoje essa quantia é muito menor. Isso permitiu o retorno de milhares de colegas à Previ”, avalia Miriam.

Plano 1

Em 2011, os associados do Plano 1 receberam a distribuição dos superávits relativos a 2007, 2008 e 2009 com a criação do BET (Benefício Especial Temporário), no valor de 20% do complemento de cada associado, beneficiando tanto os participantes da ativa quanto os aposentados. Além disso, o aumento do teto de 75% para 90%, conquistado na distribuição do superávit de 2007, foi definitivamente incorporado à reserva matemática. Graças a isso, esse aumento está garantido por toda a vida para os associados.

Outro ponto importante foi a reabertura de financiamento imobiliário para os associados que já haviam adquirido imóvel e quitado.

Também no âmbito do Plano 1, Miriam vem acompanhando atentamente, desde

2008, o desenrolar do processo relativo à CGPC 26, uma resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar que estabelece, entre outras coisas, que 50% do superávit dos fundos de pensão fiquem à disposição dos patrocinadores. “Esse processo ainda está se desenrolando, mas é preciso buscar uma solução definitiva”, comenta Miriam.

A partir daquele ano, o BB chegaria a contabilizar indevidamente, durante quase dois anos, uma parte dos resultados do Plano 1 da Previ em seus balanços, mas os recursos permaneceram no caixa da Previ. Por força de uma liminar obtida pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, o BB não se apossou de nenhuma parcela do superávit. “Apesar desse processo ainda está se desenrolando, estamos lutando por uma solução definitiva”, comenta Miriam.

Editada em setembro de 2008, a CGPC teve seus efeitos suspensos ainda no fim daquele ano, pela liminar obtida pelo Sindicato. Apesar da liminar continuar em vigor, afastando os efeitos da CGPC 26 em todos os fundos de pensão de bancários, a Contraf-CUT e outras entidades ingressaram, em março do ano passado, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal, contra a CGPC 26. Isso porque a resolução – uma norma infralegal – contraria diretamente a legislação que regula os fundos de previdência complementar, as Leis Complementares 108 e 109 de 2001.

Outro assunto que ainda não foi resolvido e que é de suma importância para os associados do Plano 1 é a criação de um teto a fim de evitar que haja benefícios muito desiguais num plano que é solidário. O BB pode pagar o salário que bem entender aos seus estatutários mas isso não pode repercutir na Previ. Banco é banco, Previ é Previ.

“Salário não paga comissão”

A terceirização ganha força no país, pondo em risco direitos trabalhistas. Quando o dinheiro é público, as complicações podem ser ainda maiores

→ ANDRÉ SHALDERS
Colaboração para a **EXTRATOS**

Em 1998, no contexto das reformas neoliberais de ataque aos direitos dos trabalhadores, o então presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei para regulamentar o regime de trabalho dos chamados “terceirizados”, os trabalhadores subcontratados que prestam serviços em áreas não finalísticas nas empresas públicas. Catorze anos depois, o PL 4302/1998, de FHC, está pronto para ir à votação no Plenário da Câmara dos Deputados e tramita em regime de urgência.

A regulamentação da matéria é realmente urgente. No Brasil, existiam, em 2011, cerca de dez milhões e quinhentos mil terceirizados, o que corresponde a quase 24%, ou um quarto, dos trabalhadores com carteira assinada, de acordo com levantamento do sindicato patronal das empresas de terceirização de serviços de São Paulo, o Sindpres-tem. Ainda de acordo com o levantamento, a base salarial dos terceirizados brasileiros gira em torno de R\$ 1.100,00.

A terceirização de serviços começa oficialmente, no Brasil, em 1967, com a promulgação do Decreto-Lei nº 200. Mesmo com mais de meio século de existência, essa forma de trabalho continua sem a devida proteção legal. Até hoje, a súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) é a única orientação de que se dispõe sobre terceirização. Em consonância com uma política de destruição dos direitos trabalhistas, a proposta de FHC, que deve ir à votação ainda este ano, traz duas possibilidades assustadoras: ela estabelece a responsabilidade apenas subsidiária da tomadora de serviço e

permite que a terceirização seja feita inclusive nas atividades finalísticas das empresas.

Ao todo, mais de 20 projetos sobre o assunto tramitam na Câmara. Uma das questões mais importantes nesse debate é a da responsabilidade solidária ou subsidiária da contratante para com os terceirizados. Carlos Eduardo Carvalho Brisolla, procurador da 10ª região do Ministério Público do Trabalho, explica por que defende a responsabilidade solidária das contratantes: “Na responsabilidade solidária, se a empresa der cano nos trabalhadores, a tomadora de serviço é obrigada a reparar os danos. E isso acaba com toda a ‘vantagem’ da terceirização, que é justamente a possibilidade da contratante dizer ‘eu não tenho nada a ver com isso... contratei uma outra empresa aqui, e se ela teve problema com os trabalhadores, é problema dela’”, diz ele.

De acordo com o também procurador do MPT Luís Paulo Villafañe, a proposta de FHC abre margem para um crescimento quase ilimitado da terceirização. “Hoje, a última fronteira que ainda se mantém é a distinção entre atividade-fim e atividade-meio, e que, infeliz-

mente, já está sendo corroída, inclusive por algumas decisões judiciais”, afirma o procurador. “Se eu admitir que uma empresa pode terceirizar sua atividade-fim, isso significa, no limite, abrir a possibilidade de existir uma empresa sem empregados, uma empresa que contrate todos os seus trabalhadores por meio de interpostos. E esse talvez seja o maior risco hoje à Justiça do Trabalho”, completa.

Entre as várias proposições em tramitação sobre o assunto, destaca-se o PL 1621/07, de autoria do deputado federal Vicentinho (PT-SP), que institui a responsabilidade solidária das empresas contratantes e proíbe a terceirização das atividades-fim das empresas. Segundo o projeto do deputado petista, a atividade-fim só poderá ser desenvolvida por funcionários diretamente contratados, com vínculo de emprego. Além disso, determina a responsabilidade solidária entre a contratante e a prestadora do serviço pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e quaisquer outras decorrentes do contrato de prestação de serviço. Na avaliação de Vicentinho, isso é necessário para garantir os direitos trabalhistas do terceirizado.



Ilustração: Valdo Virgo

Os terceiros do setor público

A terceirização de atividades é uma realidade também no setor público, especialmente dentro das empresas estatais – setor no qual se encaixam os bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. De acordo com dados levantados pelo Ministério do Planejamento, as despesas com terceirização, nas empresas estatais com orçamento próprio, somaram, em 2009, cerca de R\$ 33,7 bilhões, cerca de 40% a mais do que os gastos com quadro próprio. No final de 2010, o Tribunal de Contas da União concluiu uma auditoria em quatro das cerca de 130 empresas estatais hoje existentes no país – BNDES, Petrobras, Eletrosul e Instituto de Resseguros do Brasil (esta última ligada ao BB) – encon-

trando irregularidades, no que diz respeito às terceirizações, em todos os casos.

No caso da Petrobras, por exemplo, o número de terceirizados desempenhando funções previstas no plano de carreira da empresa chegava, em alguns postos, a 100%. Ou seja, para cada funcionário do quadro, nesses cargos, havia um trabalhador terceirizado. O TCU determinou às empresas que iniciassem um processo para substituir os terceirizados por funcionários do quadro no prazo de cinco anos. “No BB, na área de tecnologia, esse processo (de substituição dos terceirizados por meio de concurso) começou já há uns cinco anos. E aumentou ainda mais no ano passado, com o início do Progrid (Programa de Ingresso na Ditec), que promove seleções

de seis em seis meses para a área de tecnologia”, conta o especialista em TI Marcos*, hoje funcionário efetivo da área de tecnologia da informação no Banco do Brasil.

De acordo com dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), de 2006, as áreas de tecnologia estão entre as que mais utilizam mão-de-obra terceirizada. Na área de assistência técnica (conhecida como help desk), o percentual alcançava 68% dos trabalhadores. Na área de desenvolvimento de aplicativos, o percentual era de 62%. “Não somos contra os terceirizados. Queremos apenas que tenham os mesmos direitos. A luta deve ser conjunta”, afirma Eduardo Araújo, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil e diretor do Sindicato.

Tecnologia do BB Mesmo trabalho, perspectivas diferentes

No Banco do Brasil, a área de tecnologia é uma das que mais possuem funcionários terceirizados, apesar de ela contar com vários cargos no plano de carreira do banco. Por conta dessa situação, não é raro que colegas desempenhem a mesma função, lado a lado, sendo uns terceirizados e outros funcionários efetivos do banco.

“O Sindicato tem uma posição muito clara quanto à terceirização. Para nós ela representa uma afronta aos direitos do trabalhador”, afirma Cíntia Damasceno Reis, diretora do Sindicato e funcionária da área de tecnologia do BB desde 2004. “Na área de tecnologia, especificamente, os problemas são ainda maiores, por causa da especificidade dos conhecimentos técnicos que são necessários. No caso do funcionário efetivo, existe uma preocupação de que ele, antes de se aposentar ou sair, treine outra pessoa para substituí-lo. Já com a terceirização isso não acontece, porque o trabalhador não tem nenhum vínculo formal com a empresa”, diz ela. “No limite, o banco pode se tornar refém daquela pessoa, já que só ela detém o conhecimento necessário para operar os sistemas”, completa a dirigente sindical.

Extratros foi ao edifício Sede IV do BB, na Asa Norte, onde ficam concentradas as atividades da área de tecnologia do banco em Brasília. Lá, conversou com Marcos e Adria-

no*, ambos da área de desenvolvimento de sistemas operacionais. A diferença: enquanto um tornou-se, há alguns anos, funcionário efetivo do BB, o outro permanece terceirizado, mesmo prestando serviço à empresa há cerca de nove anos. Ambos preferiram não se identificar, motivo pelo qual usaremos nomes fictícios. No Sede IV atuam quatro empresas que terceirizam serviços para o banco: a estatal Cobra e as empresas privadas CAST, CTIS e Politec. Esta última foi alvo de uma ação civil pública por parte do Ministério Público do Trabalho, no ano de 2009, por irregularidades na subcontratação de trabalhadores da área de tecnologia da Caixa.

De acordo com Adriano e Marcos, a CAST fechou um contrato com o BB para a contratação de pessoal para a área de tecnologia que foi reprovado pelo próprio Tribunal de Contas da União (TCU). “A ideia era contratar 500 pessoas, mas o TCU só autorizou um limite de 250 funcionários. Os outros 250 acabaram sendo contratados pela Cobra e transferidos para outras instalações, para evitar comparações”, contam eles.

Marcos está no BB há três anos. Entrou para o quadro efetivo do banco pouco antes da incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), onde atuava, também na área de TI, como terceirizado. “A área de tecnologia do BESC funcionava ‘à base’ de

terceirização há muitos anos, sem um único funcionário próprio”, lembra-se. “Hoje, eu tenho Cassi, Previ. Ganho menos em espécie mas tenho mais benefícios e tenho estabilidade também”, comenta ele. “Nunca fiquei desempregado, mas quando era terceirizado, estava sempre na corda bamba”. Marcos se diz satisfeito com a mudança, especialmente no que diz respeito à previdência.

Já Adriano reclama das condições impostas aos terceirizados, que, segundo ele, chegam até a comprometer a qualidade do trabalho desenvolvido. “Muitas vezes, a pressão por rapidez é tão grande que não temos nem tempo de documentar o projeto adequadamente. Isso pode acabar gerando ônus para a empresa no futuro, aumentando os custos de manutenção, diminuindo a vida útil daquele sistema operacional”, comenta. No BB, Adriano trabalhou seis anos pela Politec e mais três pela Cast. “É uma situação complexa, porque muitas vezes os terceirizados acabam assumindo responsabilidades e cobranças maiores que os próprios funcionários do banco, e sem ter as mesmas contrapartidas”. Além dos funcionários terceirizados da Tecnologia, trabalhadores de outros setores do BB também sofrem com a diferença de salários e de condições de trabalho. Nas vice-presidências do banco, por exemplo, há secretárias concursadas e terceirizadas. ■



Bancários do Entorno ganham força com criação do seu Sindicato

Criado pela vontade e participação dos próprios trabalhadores, o Sintraf-Ride organiza, mobiliza e fortalece a luta no Entorno; agora trabalhadores do ramo financeiro da região se sentem representados de verdade

→ THAÍS ROHRER

A Campanha Nacional dos Bancários 2011 teve um sabor diferente para muitos bancários e bancárias que trabalham nos bancos e nas instituições financeiras do Entorno do Distrito Federal. Eles contaram com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Sintraf-Ride), fundado em abril do ano passado pela vontade da própria categoria e com a participação ampla e democrática dos bancários das 17 cidades do Entorno do DF.

Após anos sem uma verdadeira representação, ficando à margem do movimento sindical, os trabalhadores das instituições financeiras finalmente se sentiram representados de fato, com a presença de dirigentes sindicais eleitos para auxiliá-los no dia-a-dia e nos momentos de tensão, como na campanha salarial e na greve. Esse sentimento de

satisfação foi manifestado por vários bancários entrevistados por **Extratos** que trabalham na região do Entorno.

Clever Bomfim é bancário desde os anos 80 e passou por agências em Formosa, Crixás e outras cidades de Goiás. Aposentado, ele conta que, em seus mais de 30 anos de Banco do Brasil, nunca contou com o apoio do outro sindicato, com sede em Goiânia que, antes, deveria atuar nessas regiões. Foram essas histórias do passado que o motivaram a participar da fundação do Sintraf-Ride. Ele é o primeiro e atual presidente do Sintraf-Ride.

“É uma grande satisfação participar desse momento com os bancários. Eu atuo na intenção de organizar a classe que estava esquecida. É uma responsabilidade a mais para que os novos bancários tenham melhores condições no emprego e salário”, ressalta Clever Bomfim, que tem dois dos seus três filhos trabalhando também em bancos.



○ ENTORNO
ESTAVA ESQUECIDO.
EM 2010, PELA PRIMEIRA
VEZ, OCORRERAM
ASSEMBLEIAS NESSAS
CIDADES, DURANTE
A GREVE

O movimento de fundação

No dia 7 de abril de 2011, funcionários de bancos públicos e privados do Entorno participaram de assembleias realizadas em quatro cidades, ao longo do dia, que resultaram na fundação do Sintraf-Ride. Já no primeiro dia, 161 bancários assinaram a ata de sócios-fundadores e a ficha de pré-filiação. Atualmente, são quase 300 filiações. As assembleias ocorreram nas cidades de Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas, Luziânia e Formosa.

“Foi uma emoção muito grande a fundação do Sintraf-Ride. Nós tivemos uma ótima aceitação da categoria. Na verdade, nos sentimos apoiados. Para mim, foi importante participar desse momento histórico para os bancários e os trabalhadores do ramo financeiro. Agora, nós temos uma entidade efetivamente representativa e os bancários têm um sindicato de fato para ajudá-los nas suas lutas”, ressaltou Christianne Rodrigues, secretária de Assuntos Jurídicos e Saúde do Sintraf-Ride.

Também nas assembleias foi aprovado o estatuto da entidade e eleita sua diretoria provisória. Os bancários aprovaram ainda a filiação do Sindicato à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). Semanas depois, durante o 8º Congresso dos Trabalhadores em Empresas de Créditos do Centro-Norte, o Sintraf-Ride foi apresentado oficialmente às entidades do movimento sindical dessas regiões do país. Lá, foi aprovada também a filiação do sindicato à Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN).

Christianne Rodrigues é a mais jovem diretora do Sintraf-Ride. Com 30 anos, participou de todo esse processo de nascimento do novo sindicato. Ela entrou no Banco do Brasil em Luziânia, em junho de 2010, e logo foi eleita delegada sindical. A partir dessa época, novos horizontes se abriram na vida da bancária, até que ela resolveu integrar a direção do Sindicato.

“Eu achava que não tinha tempo porque estava ocupada com inúmeras atividades além do banco. Por isso pensei em não me envolver com o movimento sindical. Mas fui me contagiando com o propósito maior da criação desse Sindicato e percebi o quanto precisávamos de um Sindicato ativo para a melhoria das nossas condições de vida e trabalho. Hoje estou totalmente envolvida”, revela Christianne.

O diretor da Federação dos Trabalha-



dores do Ramo Financeiro do Centro-Norte (Fetec-CN), José Pacheco, foi um dos maiores defensores do Sintraf-Ride. Ele atua como sindicalista na área do Entorno desde 2009 e percebeu a falta de representação para aqueles trabalhadores. “O Entorno estava esquecido. Em 2010, pela primeira vez, ocorreram assembleias nessas cidades, durante a greve. Foi a primeira vez que a maioria dos bancários do Entorno parou. Em algumas cidades a adesão foi de 100% dos bancários. No ano passado, já com o Sintraf-Ride funcionando, a campanha e a greve foram fortíssimas”, diz.

O próximo passo para o Sintraf-Ride é receber a carta sindical do Ministério do Trabalho e Emprego, reconhecendo oficialmente o sindicato. A expectativa é que o documento seja emitido ainda no primeiro semestre deste ano.

Nova fase para os trabalhadores

A inauguração da primeira sede do novo sindicato ocorreu no dia 27 de agosto de 2011, em Formosa. Outras subdesdes estão previstas para Luziânia e Valparaíso para atender uma base distribuída numa larga faixa territorial.


O pernambucano Roberto Camilo tomou posse no BRB em 2006 e, já em 2007, foi eleito como primeiro delegado sindical da agência de Valparaíso.

Ele conta que chegou a fazer greve sozinho no local em que trabalhava. “Os colegas não conheciam a organização de um movimento sindical. Passamos a nos organizar com a ajuda do Sindicato dos Bancários de Brasília durante uma época. Nem mesmo um curso de CPA nós tínhamos, mas a partir da fundação do Sintraf-Ride uma nova fase começou.”

Atualmente, Roberto Camilo é o secretário de Cultura, Esporte, Lazer e Relações com a Comunidade do Sintraf-Ride e tem proje-

tos para a entidade que incluem a integração com a população local. Ele acredita que o Sindicato tem também um papel social junto à comunidade. Por isso pretende promover cursos, distribuir cartilhas sobre os direitos do consumidor, com explicações sobre os serviços bancários e organizar atividades de estímulo ao esporte, lazer, além de debates com temas relevantes para a população.

A vereadora de Luziânia, Cassina Tornin (PT), também deu apoio à fundação do Sintraf-Ride. “Acredito muito na força dos trabalhadores unidos. O Sintraf-Ride representa o início de uma luta mais organizada e consciente dos bancários da nossa região, que é tão marcada pelos problemas sociais e, posso até dizer, desacreditada muitas vezes pelas notícias de criminalidade e violência”, afirma a vereadora.

A parlamentar participou das assembleias de fundação do Sintraf-Ride e acompanhou a greve de perto, em portas de agências, no ano passado e acredita que esse processo democrático e transparente de atuação mostra uma nova forma de representação para os trabalhadores do ramo financeiro da região. 

 **Raio X**

- **Fundação:** 7 de abril de 2011
- **Filiados:** 275
- **Agências:** 38 em média
- **Cidades do Entorno que representa:** Águas Lindas, Cidade Ocidental, Novo Gama, Valparaíso, Alexânia, Cocalzinho, Corumbá, Cristalina, Formosa, Luziânia, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Água Fria, Mimoso, Pirenópolis e Vila Boa.

Em 2011, Brasília assistiu a cenas dignas de um clássico de filme de faroeste na implementação do Setor Noroeste



Foto: blog.bolaiarte

Por um punhado de dólares

→ ANDRÉ SHALDERS
Colaboração para a **EXTRATOS**

“**NO FIM DA DÉCADA DE 1950, ALI CHEGARAM ALGUNS INDÍGENAS DA ETNIA FULNI-Ô, FALANTES DA LÍNGUA YATÊ, FILIADA AO TRONCO LINGUÍSTICO MACRO-JÊ, ORIUNDOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS BELAS**

“Quando o português chegou ao Brasil, os índios andavam nus e caçavam com arco e flecha. Depois de quinhentos anos de porrada e de catecismo, os índios, hoje, usam bermuda. E agora dizem que eles não são mais índios”. A anedota é ilustrativa da polêmica que cerca a construção do bairro do Setor Noroeste, onde as tribos Fulni-ô, Kariri Xocó e Tuxá, reunidas em torno do Santuário dos Pajés, resistem desde 2006, quando começaram os preparativos para a construção do suposto bairro ecológico, que tem um dos metros quadrados mais caros de Brasília.

As dúvidas a respeito do caráter de terra indígena do Santuário dos Pajés deveriam ter chegado ao fim com a conclusão, em agosto passado, do laudo antropológico contratado

pela Funai. A publicação do laudo é uma das últimas etapas previstas pela legislação brasileira para a demarcação de uma reserva indígena. O laudo segue uma determinação do Ministério Público do DF.

Aplicando métodos etnográficos, genealógicos e de história de vida, o grupo liderado pelo antropólogo Jorge Eremites, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) concluiu pela tradicionalidade dos indígenas da antiga Fazenda do Bananal. Ou seja, apesar dos quinhentos anos de “porrada e de catecismo”, os índios eram “de verdade”. De acordo com o laudo, “Em fins da década de 1950, ali chegaram alguns indígenas da etnia Fulni-Ô, falantes da língua Yatê, filiada ao tronco linguístico Macro-Jê, oriundos do município de Águas Belas, seu território de origem, no estado de Pernambuco, região Nordeste (...)”.

OS PMS LEVARAM
PRESOS 14
MANIFESTANTES...
ESTRANHAMENTE,
UM DELEGADO OS
ESPERAVA NA 2ª
DP, NA ASA NORTE,
APESAR DA GREVE
DA POLÍCIA CIVIL.

Foto: Mel Bleil Gallo



As informações fornecidas pelos indígenas foram cruzadas com depoimentos de moradores pioneiros de Brasília e consultas a documentos anteriores. São vários os indícios da presença indígena na área. Por exemplo: A Casa do Ceará, localizada na 910 Norte, chegou a manter um convênio com a Funai entre 1967 e 1983, para abrigar indígenas recém-chegados à capital federal, por causa da proximidade com o Santuário.

O órgão conseguiu manter o laudo afastado do público por quase dois meses, até outubro de 2011. Quando a informação finalmente vazou, a Funai manifestou-se dizendo que “não considera a área como terra tradicional indígena. O laudo apresentado pelo antropólogo Jorge Eremites não se sustenta e a maioria das pessoas que vivem no local, ainda que há muito tempo, sequer são lideranças indígenas”, disse, à época, o indigenista Mário Moura, sem apresentar mais explicações.

Outubro foi um mês conturbado na antiga Fazenda Bananal. As empresas Emplavi, João Fortes e Brasal iniciaram, contrariando decisão da juíza federal Clara Mota dos Santos, da 11ª Vara de Brasília, a cons-

trução de prédios residenciais na área correspondente à quadra 108 do Setor Noroeste. As projeções estão dentro do perímetro de 50 hectares que, de acordo com ações do Ministério Público do Distrito Federal, deveria ser preservado para os estudos antropológicos da futura demarcação.

Deus e o diabo na terra do Sol

O início das obras foi marcado por protestos diários de estudantes e ambientalistas que apoiam a comunidade indígena. As tensões na área atingiram o ápice no dia 10 de novembro último, quando mais de 300 policiais militares foram deslocados para o local para garantir a continuidade das obras. No fim de outubro, uma estudante foi agredida por um segurança contratado enquanto tentava deter um trator.

A barbárie continuaria até o final de 2011. No dia 1º de novembro, a deputada federal e ex-presidente do Sindicato, Erika Kokay, levou até o Santuário dos Pajés uma diligência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Além de Erika, estiveram presentes os deputados federais Domingos Dutra (PT-MA), Chico Alencar (PSOL-RJ), Reguffe (PDT-DF) e Weverton Rocha (PDT-MA). Os parlamentares decidiram usar a tribuna da Câmara para denunciar a situação, além de tentar reuniões com o presidente da Funai e com o governador Agnelo Queiroz. Não foram recebidos por nenhum dos dois.

No dia 3, os parlamentares foram surpreendidos pela presença de 150 policiais militares na área. Os PMS levaram presos 14 manifestantes, que estão respondendo judicialmente pelo crime de desobediência civil. Estranhamente, um delegado os esperava na

2ª DP, na Asa Norte, apesar da greve da Polícia Civil. “Trouxemos a diligência aqui, na terça-feira. E hoje, logo após o feriado, somos surpreendidos por esse uso desproporcional da força policial, de forma injustificada, para reprimir manifestantes. Absurdo”, disse Erika Kokay na ocasião.

Embate jurídico

Até hoje não há uma decisão sobre o mérito da questão, embora as construtoras contem, no momento, com deliberações provisórias que permitem o andamento das obras. Só a Emplavi possui quatro obras na área reivindicada pelos indígenas, que já recorreram. A lista de manifestantes processados já soma 18 nomes. “A política das empreiteiras é de gerar fatos consumados, as chamadas ‘situações de fato’. Depois que as obras estiverem prontas, não haverá como argumentar”, comenta Ariel Foina, advogado que representa a comunidade Fulni-ô. Por conta de liminar, a Terracap (empresa pública que administra as áreas para construção do DF) não pode entrar na terra reivindicada pelos índios.

A POLÍTICA DAS
EMPREITEIRAS É DE GERAR
FATOS CONSUMADOS, AS
CHAMADAS ‘SITUAÇÕES
DE FATO’. DEPOIS QUE
AS OBRAS ESTIVEREM
PRONTAS, NÃO HAVERÁ
COMO ARGUMENTAR



Foto: Agência Brasil

Depois de todos os conflitos, a situação chegou a caminhar para uma resolução. Em dezembro, a Funai fez a proposta de demarcar uma reserva indígena de cerca de 40 hectares, divididas em duas áreas. Uma corresponderia à estrutura atual do Santuário e das casas adjacentes e a outra ficaria dentro da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Cruls, no Parque Nacional de Brasília, logo acima. A comunidade indígena se inclinava a aceitar o acordo, apesar de a reivindicação original ser de 50 hectares de áreas contíguas ao Santuário. Foi quando o atual presidente da Terracap, Antônio Carlos Lins, pôs tudo a perder dizendo que a empresa não abriria mão de um centímetro sequer no Noroeste. Durante uma audiência pública convocada pela juíza Clara Mota, reunindo índios, empreiteiras, Terracap e Funai, ele chegou a dizer que “os tratores estão desinfetando o cerrado”.

A juíza Clara Mota limitou-se a ordenar a Antônio Carlos que respeitasse os indígenas presentes. Com a proposta da Funai inviabilizada pela Terracap, o impasse continua. Não existem, por enquanto, perspectivas de uma solução definitiva para a questão.



Foto: Marcello Casal/ Agência Brasil



Investimento arriscado

De acordo com o advogado Ariel Foina, a compra de apartamentos no Setor Noroeste é um investimento sujeito a decepções. “A terra indígena, no Brasil, é mais bem protegida legalmente do que a própria terra pública. Caso a área seja considerada terra indígena, os compradores perderão seus imóveis sem direito à indenização”, destacou. Segundo ele, a estratégia das empresas parece ser a de “estar bem longe do problema quando a decisão sobre o mérito da questão sair, o que deve demorar mais alguns anos”.

“As construtoras estão transferindo para os clientes um erro que foi cometido pela Terracap, que vendeu para elas uma área sob disputa judicial. Não temos como saber se os compradores estão cientes ou não dos problemas envolvendo os imóveis”, continua Ariel. Procurada pela reportagem, a construtora Emplavi limitou-se a dizer, por meio da assessoria de imprensa, que não se manifestaria sobre o assunto.

As vendas de imóveis no Noroeste começaram em 2009. Logo nas primeiras unidades, o metro quadrado chegou a ser negociado por R\$ 12.000, um dos valores mais altos em todo o país. De acordo com o projeto aprovado por Paulo Octavio e Arruda (os dois projetos anteriores haviam sido engavetados, respectivamente, por Cristovam Buarque e Roriz), o bairro terá 20 quadras residenciais e outras 27 de uso comercial e institucional, que serão ocupadas por cerca de 40 mil moradores.

Sagrada terra especulada

No final de 2011, o documentário *Sagrada Terra Especulada*, que conta a história da resistência contra o Setor Noroeste, recebeu o prêmio da Câmara Legislativa do DF no Festival de Cinema de Brasília, no valor de R\$ 35.000. Pura ironia. Para Zé Furtado, um dos idealizadores do filme, que preferiu utilizar o pseudônimo coletivo do grupo, a premiação não partiu de uma decisão política da CLDF. “O júri foi composto por pessoas ligadas ao cinema de Brasília, escolhidas pelo pessoal de Comunicação da Câmara. Portanto, acho que a premiação não partiu de uma decisão política da CLDF. Na premiação, nós dissemos inclusive que eles se arrependiam de entregar aquele prêmio para nós, porque ele seria todo revertido em favor do Santuário”, disse Zé Furtado.

Ele conta que o filme sofreu inclusive resistências para ser exibido no Festival de Cinema. “Quando chegamos à sessão, nosso objetivo era falar com o Vladimir Carvalho, que seria homenageado, para fazer uma fala denunciando a situação no Noroeste. Naquele dia, a Emplavi estava iniciando uma obra próxima do Santuário. Nós nem esperávamos que o filme fosse exibido e muito menos que fosse premiado”, conta Zé Furtado. Ele não descarta a possibilidade de uso político da premiação. “Esse tipo de estratégia é bastante comum, para tentar mudar a imagem de uma instituição, no caso, da CLDF. Nunca se sabe”. O documentário foi produzido de forma colaborativa e voluntária, sem financiamento estatal ou privado, e está disponível para download gratuito na internet.

Jacy Afonso



→ **RODRIGO COUTO**
Edição de Priscilla Beine

Com uma vida dedicada à luta em prol da classe trabalhadora brasileira, o secretário de Organização da CUT Nacional, Jacy Afonso de Melo, é candidato à presidência da Central. Bancário do Banco do Brasil, Jacy Afonso já esteve à frente do Sindicato dos Bancários de Brasília e da CUT-DF, quando foi um dos líderes do movimento que culminou, em 1992, no impeachment do então presidente Fernando Collor.

Sua história no movimento sindical teve início pouco tempo depois de ser empossado como escriturário no BB, em 1980. Antes disso, Jacy Afonso era menor aprendiz, época em

que se aproximou do movimento estudantil e se inteirou do ressurgimento das greves e das lutas contra a ditadura. A motivação para se tornar sindicalista se reafirmou durante uma visita de Lula a Brasília, em 1980, para o lançamento da chapa de oposição dos bancários.

Jacy Afonso começa então a atuar como delegado sindical. De lá para cá, são três décadas participando e protagonizando, ativamente, os embates dos trabalhadores, numa trajetória que se mistura com os principais acontecimentos da história recente brasileira. Em entrevista a **Extratos**, Jacy Afonso fala sobre sua vida sindical e de suas propostas como candidato à presidência da maior central sindical do país e quinta do mundo.

Extratos: Como foi a sua participação na fundação e construção da CUT?

Jacy Afonso: Em 1980, uma chapa de esquerda ganhou as eleições no Sindicato dos Bancários de Brasília através do Movimento Bancário de Renovação Sindical (MBRS). A nova diretoria realizou um amplo processo de reconstrução do Sindicato. Havia uma intensa mobilização na vanguarda sindical e a cada dia novos bancários despertavam para a atividade sindical. Neste período, existia a proposta de criação de uma central sindical, que foi precedida

topa nova missão:

presidir a CUT



por encontros estaduais (Enclats) e pela Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada em agosto de 1981. Para dois anos depois estavam previstos dois importantes eventos: a eleição do Sindicato dos Bancários de Brasília e a realização do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que criaria a CUT. O processo de renovação do sindicato foi mudado. A Unidade Sindical, ligada ao PCB, impôs um processo restrito de composição na chapa e impediu a entrada de vários militantes que se destacaram como delegados

sindicais. Somente três dos 24 membros da chapa eram militantes do PT. Muitos militantes ficaram de fora. A posse dessa diretoria ocorreu num momento em que, em nível nacional, foram criadas duas centrais sindicais. A CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983, no Dia do Bancário. A CGT, com apoio do PCB, só veio a nascer em novembro daquele ano. Em virtude da política restritiva de ação sindical da diretoria do Sindicato nesta época e da necessidade de consolidar a CUT, assumi, então, tarefas no movimento sindical que extrapolavam a categoria bancária.

Em 25 de abril de 1984, no dia da votação, no Congresso Nacional, das Diretas-já, liderei uma manifestação no refeitório do Banco do Brasil pela aprovação deste projeto.

O Gigante, vice-presidente do BB, queria me demitir por ter feito uma manifestação política dentro do banco. Não fui demitido, mas fui punido.

Particpei da minha primeira greve como bancário em dezembro de 1984, da greve dos rodoviários em abril de 1985, que foi a primeira paralisação no Brasil, na Nova República, e da primeira greve geral bancária em setembro deste mesmo ano, quando tivemos a capacidade de construir a unidade nacional.

A primeira greve no governo Collor foi dos funcionários do Hotel Nacional, em março de 1990. Eu estava lá acompanhando a greve junto à companheira Elzira do Espírito Santo, a primeira mulher a presidir uma CUT estadual.

“
A CUT PRECISA
RESGATAR O
CUIDADO BÁSICO
COM A BASE...
E É PRECISO
TER CLARO QUE
QUEM MANDA
NA CUT SÃO
SUAS ENTIDADES
FILIADAS;
SÃO ESSAS
ORGANIZAÇÕES
QUE DEFINEM
POLÍTICAS E SUA
APLICABILIDADE.



ALÉM DA FALTA DE RENOVAÇÃO E ACOMODAÇÃO, HÁ UM PROBLEMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE DIREÇÃO E BASE NO MOVIMENTO SINDICAL, DE SINTONIA, DE POUCA ESCUTA.

Em 1991, eu era militante da Alternativa Bancária e fui eleito presidente da CUT-DF. Eu era oposição e ainda assim a diretoria do Sindicato me apoiou para presidente da CUT-DF porque eu expressava as posições de todas as categorias. Liderei, então, a campanha do impeachment do Collor. Foi um movimento em que a CUT-DF teve um papel importantíssimo, pois Brasília iniciou todo o processo.

A minha ação sindical vai além da minha categoria, desde o início. Me levou a ter uma visão ampla de Brasil. Após a presidência da CUT-DF, fui para a Executiva Nacional da CUT

entre 1994 e 1995 e depois em 2003, e passei a percorrer o país. Conheço todos os Estados da Federação, e não somente as capitais.

E tenho atuado com a ideia de que sindicalismo não é profissão, é uma missão. Sempre fui chamado a atuar. Jamais fiz alguma coisa por projeto pessoal. Em todas as atividades em que estive, fui convidado a contribuir como uma missão a realizar.

Extratos: Como atual secretário nacional de Organização da CUT, como avalia a situação do movimento sindical e da Central e qual a expectativa para o futuro?

Jacy Afonso: A CUT nasceu a partir de um projeto de romper com a estrutura sindical corporativista existente; nasceu com uma visão classista, de organização horizontal de classe. Nós éramos oposições sindicais e ganhamos os sindicatos. Quando se ganha um sindicato a partir de uma chapa de oposição, ocorre uma renovação de 100%. Mas, quando se é direção sindical, ocorrem dificuldades se não houver uma decisão pela renovação. Reeleições seguidas das mesmas pessoas geram problemas. Por isso, o Sindicato dos Bancários tem promovido a renovação. Quando eu fui eleito presidente do Sindicato,

em 2004, houve uma renovação de 48%. Nas duas eleições seguintes, o índice de renovação foi semelhante. Mas essa renovação não é uma política generalizada no movimento.

Além da falta de renovação e acomodação, há um problema de comunicação entre direção e base no movimento sindical, de sintonia, de pouca escuta. Por isso, na maioria das viagens, procuro escutar os sindicatos, qual a mensagem que querem transmitir à direção da CUT, o que sentem e vivem, como veem a CUT. Acredito que a relação será melhorada se ouvirmos mais os sindicatos, nos diversos lugares do Brasil.

Extratos: Qual a origem do distanciamento entre a direção e a base e o que isso acarreta para a CUT e para o movimento sindical?

Jacy Afonso: A CUT tem muitas resoluções, produz muita política sobre os mais diferentes temas, mas não há um plano de execução política destas resoluções. Precisamos de um sistema de atendimento dos sindicatos e de avaliação das direções, com canais onde os sindicatos possam dizer se estão tendo retorno no contato com as CUTs estaduais. Se isso chegar até a CUT Nacional, será possível verificar o que está acontecendo, os motivos do



não atendimento da demanda. A CUT precisa resgatar esse cuidado especial com a base, ter sindicatos fidelizados e não apenas filiados. Fidelização exige atenção cotidiana, respostas rápidas, auxílio na organização e encaminhamentos de lutas coletivas.

Não podemos esquecer que quando há propostas novas, ousadas, é preciso realizar um trabalho de debate e convencimento das instâncias da CUT, construindo, conjuntamente, os instrumentos para a sua viabilização. E é preciso ter claro que quem manda na CUT são suas entidades filiadas, são essas organizações que definem políticas e sua aplicabilidade.

Extratos: Por que a renovação dos quadros sindicais é pequena e o que impede essa renovação?

Jacy Afonso: A CUT cresceu, conquistou mais de 3.500 sindicatos. O tamanho das diretorias dos sindicatos também aumentou para garantir que mais militantes tivessem estabilidade no emprego. Tudo porque os trabalhadores e as trabalhadoras do setor privado, quando deixam a diretoria do sindicato, são demitidos na empresa. Então parte da pouca renovação é devida à atual legislação, que facilita a demissão. Com a garantia do fim da demissão imotivada (Convenção 158 da OIT) e uma política que garanta a organização no local de trabalho, a diretoria dos sindicatos pode ser menor e o número de delegados pode ser maior, provocando renovação, já que a vida sindical pulsa no local de trabalho.

É através dos delegados sindicais, Cipas e outros organismos que garantimos a renovação da militância, com homens e mulheres na base, principalmente com a juventude, atuando em defesa dos direitos dos trabalhadores e, dessa forma, renovando as novas direções sindicais. Precisamos da ousadia, de uma organização forte e permanentemente renovada, pois estamos em um momento econômico de crescimento. É o tempo de construirmos conquistas permanentes aos trabalhadores.

Extratos: Com isso você quer dizer que a CUT tem que se reaproximar do trabalhador?

Jacy Afonso: Sem dúvida alguma. A CUT é a 5ª central sindical do mundo. O Brasil está para se tornar a 5ª economia do mundo, e estamos lá atrás nos índices de desenvolvimento humano, de distribuição de renda, de educação, de saúde. E o papel de uma central sindical é pensar e ver longe, ajudar a organizar a luta pela melhoria da qualidade de vida de todos.

Extratos: Que outras alterações seriam necessárias na estrutura da CUT para uma melhor organização dos trabalhadores?

Jacy Afonso: Primeiramente precisamos entender que a CUT não é apenas as capitais. Isso exige uma forma de organização através das CUTs regionais, onde deve ser contemplada, em suas direções, a representatividade geográfica. Também precisamos considerar as diferentes categorias, que precisam estar expressas na direção da CUT. É preciso criar um conjunto de novas ações que deem aos associados o

sentimento de pertencimento e empoderamento da Central.

Outra questão: por que a CUT não tem um sistema de provedor de internet? Temos 22 milhões de trabalhadores na base, sete milhões de associados aos sindicatos. A criação de um provedor, com e-mail classista para cada trabalhador e trabalhadora associada, facilitaria a criação de um mailing e todos receberiam as informações ao mesmo tempo.

Extratos: E sobre o imposto sindical? Por que a CUT é contrária e que proposta apresenta?

Jacy Afonso: O imposto sindical foi criado para tirar a liberdade e autonomia dos sindicatos. Para cooptá-los, o Governo Vargas propôs que cada sindicato que viesse pedir reconhecimento e autorização do Ministério do Trabalho passaria a receber, anualmente, um dia de salário de todos os trabalhadores de sua base, independentemente de serem sindicalizados. Um sindicato para ser forte tem de ter recursos financeiros. Para enfrentar grandes corporações empresariais são necessários recursos. A CUT defende e luta pelo fortalecimento das entidades sindicais. Porém, acreditamos que esses recursos devam ser aprovados em assembleia pelos próprios trabalhadores – é a taxa negocial. Os bancários, quando fizeram sua negociação coletiva, investiram milhares de recursos e as conquistas obtidas no Acordo Coletivo atingem todos os bancários. Não são somente os sócios que recebem as conquistas de uma Convenção de Trabalho. Portanto, a assembleia dos trabalhadores, que aprova a pauta de reivindicações e aprova a efetivação do Acordo, pode estabelecer um percentual de desconto para todos aqueles que tiverem benefícios, recompondo os recursos que o sindicato gastou durante a negociação. Com isso, não se tem imposto sindical.



A CUT É A 5ª CENTRAL SINDICAL DO MUNDO. E O PAPEL DE UMA CENTRAL SINDICAL É PENSAR E VER LONGE, AJUDAR A ORGANIZAR A LUTA PELA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE TODOS

Extratos: A CUT pode ajudar a fortalecer as categorias menos organizadas?

Jacy Afonso: É um dever nosso, e para isso é preciso criar políticas que possam oferecer contrapartida aos sindicatos. O sindicato contribui com a CUT, que pode retribuir criando uma estrutura que ofereça assessoria de imprensa, negocial, contábil, jurídica, com especialidades necessárias aos sindicatos, uma subseção do Dieese para assessorar os sindicatos em cada campanha salarial. Não podemos tratar os desiguais de forma igual.

Extratos: As fusões, criando sindicatos mais amplos, aglomerando categorias afins, também são uma proposta a ser implementada?

Jacy Afonso: Sem dúvida, sindicato mais amplo, forte e representativo conquista mais. Infelizmente, a fusão tem sido prejudicada hoje pela questão do imposto sindical. Esse recurso promove uma disputa ferrenha por sindicatos entre as centrais sindicais. É que a adesão de sindicatos a uma central sindical possibilita a esta acesso a um recurso fácil. Nessa disputa, as outras centrais têm investido na fragmentação de sindicatos, numa política que está na contramão do movimento sindical internacional. A



fusão é uma saída importante para fortalecer a categoria e aumentar a capacidade de pressão. Mas, para mudanças, temos de levar em conta que a cultura sindical brasileira está baseada no tripé sindicato/federação/confederação. Dentro desse sistema, podemos fortalecer os sindicatos, partindo do princípio da solidariedade para otimizar recursos. E a CUT pode assumir essa liderança nisso. Por que não criamos um modelo com um prédio em cidades pequenas e médias para que todos os sindicatos se concentrem ali, com sala de reunião, auditório para uso de todos? O carro de som, que está na garagem, pode

A CUT TEM DE TER UMA VISÃO NACIONAL. PARA ISSO É PRECISO UMA PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS ESTADOS E DE TODAS AS CATEGORIAS, RAMOS ECONÔMICOS, CONFEDERAÇÕES, COM UM PAPEL MELHOR DEFINIDO DA DIREÇÃO NACIONAL DA CUT.

estar a serviço de todos. Essa organização de estrutura solidária possibilitaria inclusive a troca de experiências, estimularia o debate e a formação, faria avançar, crescer, fortalecer nossas lutas.

Extratos: Qual a posição da CUT em relação aos patrões e aos governos?

Jacy Afonso: Está em nossa carta magna, nas cláusulas pétreas da CUT, a afirmação de independência em relação aos patrões e aos governos e nossa autonomia em relação aos partidos políticos. Ouvi e tenho repetido que o papel do governo é governar, o papel de deputados e senadores é





Jacy Afonso: Pensamos que a CUT tem de ter uma visão nacional. Para isso é preciso uma participação de todos os estados e de todas as categorias, ramos econômicos, confederações, com um papel melhor definido da direção nacional da CUT. Precisamos de uma verdadeira distribuição geográfica do poder e, especialmente, dos cargos entre os 25 membros da Executiva.

A concentração do comando em São Paulo tem origem histórica, importante. Não podemos desconsiderar o papel que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Sindicato dos Bancários de São Paulo e a Apeoesp representaram na construção e no fortalecimento da CUT. Mas, no meu entendimento, isso não pode permanecer toda a vida. Queremos alternância na presidência da CUT, contemplando as outras categorias, gênero, estados.

Extratos: Por que aceitou a missão de se candidatar e dirigir a Central com maior influência na classe trabalhadora brasileira?

Jacy Afonso: Estou motivado com a campanha para presidente porque a minha história é ação sindical coletiva. Realizo um trabalho sem objetivos

legislar e o papel do sindicato é “sindicatar”, ou seja defender os interesses dos trabalhadores independentemente de qual partido está no comando da prefeitura, do Estado e do Governo Federal. A direita tenta impedir os trabalhadores de ocuparem espaços de poder, tentando desqualificá-los exatamente por serem trabalhadores ou por serem dirigentes sindicais, mas quando um dirigente sindical vai para o governo, deixa de ser dirigente sindical. Por isso o Estatuto da CUT diz que qualquer dirigente que assuma um cargo político público deve renunciar à CUT, pois as funções são incompatíveis.

Extratos: Cite algumas diferenças entre a CUT e as outras centrais sindicais.

Jacy Afonso: Para começar, as outras centrais sindicais defendem a permanência do imposto sindical, da legislação como está. A CUT é classista, não é um agrupamento de confederações, defende a liberdade e a autonomia sindicais. Nós temos como princípio a democracia, inclusive com a democratização dos processos eleitorais em nossas entidades sindicais. No Sindicato dos Bancários de Brasília, quem faz o processo eleitoral é uma comissão eleitoral eleita pela categoria. Nas outras centrais sindicais,

com exceções, é claro, e na maioria dos sindicatos, o próprio presidente da entidade é o presidente da comissão eleitoral e é candidato à reeleição.

A CUT defende também uma maior participação da juventude e das mulheres. Não tenho conhecimento de que alguma outra central sindical tenha cota de 30% das direções para serem compostas pelas mulheres, como a CUT. E temos um debate para elevar a cota para 50%.

Extratos: Em quase três décadas, a CUT só teve presidentes de São Paulo. Você acredita estar na hora de mudar essa tendência?





“
**A CUT NÃO
É APENAS
AS CAPITAIS.
TAMBÉM
PRECISAMOS
CONSIDERAR
AS DIFERENTES
CATEGORIAS,
QUE PRECISAM
ESTAR EXPRESSAS
NA DIREÇÃO
DA CUT.**

personais. Não é objetivo meu, de Jacy Afonso, ser presidente da CUT. É um desejo manifestado por dirigentes, lideranças, militantes que concordam com minhas teses. Creio que tenho um perfil apropriado, que dialoga melhor com todos os setores, que tem uma história, características e concepções para ser presidente. A Central Sindical tem que ser assim, dinâmica, renovada, ousada. Por isso estou seguro da minha candidatura, expressando a vontade de centenas de sindicatos.

Extratos: A CUT trava um importante embate em relação à terceirização. Como garantir maior eficácia nesse enfrentamento e envolver os trabalhadores?

Jacy Afonso: Primeiro, temos que deixar claro para os trabalhadores terceirizados que não somos contra eles. O que queremos é que todos tenham emprego direto com quem contrata. Não é justo que um bancário tenha um tíquete alimentação diferente de um vigilante, de uma copeira, de uma telefonista que trabalha no mesmo banco. A fome não é diferente. Todos os trabalhadores têm de ter os mesmos direitos. Não se pode permitir que pessoas que fazem o mesmo serviço tenham salários diferentes. Somos trabalhadores, somos classe trabalhadora. Devemos nos indignar com a nova forma de exploração, através da terceirização. Temos que cobrar do governo e do Congresso Nacional o fim da forma diferenciada de tratamento. Queremos aprovar o projeto do deputado Vicentinho sobre este assunto.

Extratos: Ao lutar pela redução da taxa de juros, a CUT deseja que tipo de benefícios aos trabalhadores?

Jacy Afonso: Primeiramente,

o governo diminui gastos com o serviço da dívida. Esses recursos devem ser investidos em saúde, educação, infraestrutura e várias outras questões. Em segundo lugar, a redução da taxa de juros faz com que os recursos financeiros saiam da especulação e sejam investidos na produção, o que gera emprego e renda, mercado consumidor.

Extratos: Quais são nossos desafios no Sindicato dos Bancários após completar 50 anos de lutas?

Jacy Afonso: Todo dia a mídia tenta desqualificar os sindicatos porque sabe que estes são os principais instrumentos de luta pelos direitos dos trabalhadores. E o nosso Sindicato tem uma importância histórica, pelos seus 50 anos, pela sua combatividade histórica. Infelizmente o nosso fundador, o Adelino Cassis, não está aqui, mas vários outros que construíram essa história aqui estão. São 50 anos que coincidem com os da minha vida. Por isso, além de ser um momento importante para o Sindicato, é também um momento especial para mim, pois acredito que é a hora de reflexão sobre os desafios a nós colocados. Ao tempo que se tem grandes conglomerados com as fusões de bancos, há correspondentes bancários, casas lotéricas, banco postal fazendo trabalho de banco. Esses são alguns dos desafios que temos pela frente. Tenho certeza de que o Sindicato e a categoria, sempre propositivos e combativos, não se furtarão à luta e superarão esses e novos embates que surgirão, e arrancarão conquistas, caminhando com todos os trabalhadores e as trabalhadoras para a construção de uma sociedade justa, solidária e igualitária.

Quando um direito vira tormento

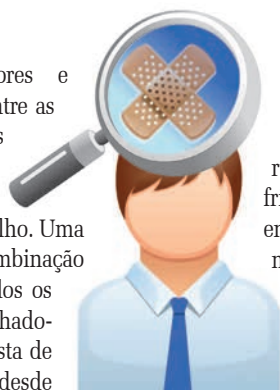
A licença-saúde pode virar um verdadeiro tormento na vida do trabalhador, além de doente tem de administrar o corte de benefícios financeiros e falta de reconhecimento do empregador

→ THAÍS ROHRER

Bancários, professores e motoristas estão entre as categorias que mais sofrem com o estresse e a falta de condições adequadas no trabalho. Uma das consequências dessa combinação perversa é o afastamento, todos os anos, de centenas de trabalhadores por motivo de saúde. A lista de enfermidades é extensa. Vai desde as Lesões por Esforço Repetitivos e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (LER/DORT) até problemas psiquiátricos desencadeados por situações e traumas vividos no ambiente de trabalho. E em situações como essas, via de regra, a vida financeira também é afetada, por conta da redução na remuneração do empregado.

A situação dos bancários licenciados ilustra bem esse problema porque eles sofrem uma série de cortes nos rendimentos, que variam em cada banco, mas a maioria é: não recebimento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), diminuição e/ou perda do auxílio alimentação, cessação do auxílio-transporte, perda da comissão, entre outros itens.

O bancário João* tem 40 anos e está no grupo de bancários licenciados por motivo de saúde. Ele trabalha no Banco do Brasil desde 1985. Começou como aprendiz aos 14 anos e depois passou no concurso para efetivação na empresa. Os primeiros sintomas de doenças ocupacionais apareceram muitos anos após a entrada na instituição financeira. Os esforços repetitivos, o estresse, a falta do mobiliário adequado e a desinformação sobre a saúde laboral colaboraram para o desenvolvimento de uma tendinite, que, depois de algum tempo,



resultou no primeiro afastamento do funcionário, em 2003.

No ano seguinte, ele fez uma cirurgia no coração por causa de uma fibrilação arterial e desde então vive entre idas e vindas ao trabalho por motivos de saúde. João* ficou afastado e o banco não emitiu a CAT, que seria devida na situação. O bancário move um processo judicial contra o BB pelo reconhecimento dos prejuízos causados à saúde no ambiente de trabalho e pela omissão da abertura da CAT.

Junto com os problemas de saúde vieram as dificuldades financeiras com os cortes na remuneração. João sentiu a avalanche de dívidas e, hoje, o bancário deve aproximadamente R\$ 200 mil com empréstimos na Previ, Cooperforte e outras instituições.

Os problemas de saúde, a dificuldade financeira e a rejeição dos colegas de trabalho após o afastamento trouxeram consequências graves na vida de João*. “Estou afundado em dívidas. Os problemas de saúde estão aumentando. Eu estou falido e perdendo a vontade de viver e, além disso, ainda ouço de vários colegas de banco que sou preguiçoso”, desabafa. João* tem acompanhamento psicológico, psiquiátrico e toma 17 medicamentos, 8 deles são remédios controlados.

A pauta de reivindicações dos trabalhadores do ramo financeiro inclui questões de saúde tais como a proteção contra os riscos de acidente de trabalho ou doença ocupacional, Programa de Reabilitação Profissional, prevenção de adoecimento e promoção da saúde da mulher, bem como a continuidade dos benefícios no período da licença-saúde.

A importância da emissão da CAT


A Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), expedida pelo INSS (Ministério da Previdência Social), é registro administrativo preenchido pela empregadora, sempre que o trabalhador sofrer acidente e estiver a serviço desta ou no trajeto entre sua residência e o local de trabalho. Ela é fundamental para resguardar o trabalhador e comprovar o ocorrido em caso de agravamento de problemas de saúde futuros.

No caso de morte do trabalhador vítima de acidente laboral ou para aqueles casos em que se constate a necessidade de indenização judicial, abre-se processo de acidente de trabalho no INSS, mediante encaminhamento.

Subnotificação das doenças X humanização das perícias médicas

João* não é o único que enfrenta dificuldades por doenças relacionadas ao trabalho. Só o Sindicato dos Bancários de Brasília registrou 88 Comunicações de Acidente do Trabalho (CATs) em 2011. De acordo com dados do Data SUS, o Ministério da Saúde recebeu 1.472 notificações de saúde do trabalhador no Distrito Federal, no ano passado. Em 2009, segundo informações da Previdência Social, foram registrados 723,5 mil acidentes de trabalho e 13.047 mil trabalhadores inválidos.

A secretária de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato, Fabiana Uehara, denuncia que os dados não mostram a totalidade dos trabalhadores afastados, já que a maioria das empresas, inclusive os bancos, subnotificam as doenças. “A situação é ainda pior do que parece porque muitos empregados não abrem a CAT e, assim, o banco não se responsabiliza pelo tratamento do bancário, já que a CAT não foi aberta. O resultado é o trabalhador prejudicado mais uma vez”, frisa.

*NOME FICTÍCIO para preservar a imagem do entrevistado. 

Luta de classes:

vale a
pena

ver de novo

De Madri a Londres, de Nova Iorque a Atenas, juventude e trabalhadores ocupam as ruas para lembrar a todos que a história não acabou

A ECONOMIA DO MUNDO RICO ENTROU NOS ANOS 2010 DESTA SÉCULO EM FRANGALHOS.

→ ANDRÉ SHALDERS
Colaboração para a EXTRATOS

Ha exatos 20 anos, em 1992, o cientista político norte-americano Francis Fukuyama lançou o livro “O fim da história e o último homem”, no qual argumentava que a queda do Muro de Berlim e o desmanche da União Soviética abriam as portas de uma eternidade harmoniosa marcada pela hegemonia do liberalismo econômico e da democracia eleitoral. Porém, como os fatos são incrivelmente teimosos, desde então, o mundo não parou de produzir provas em desabono das teorias de Fukuyama.

A mais presente delas começou a ser dada no dia 15 de setembro de 2008, a chamada “segunda-feira negra”, no qual o pregão

da bolsa de Nova Iorque entrou em estado de choque epiléptico com o pedido de concordata do gigantesco banco de investimentos Lehman Brothers e a venda do Merrill Lynch. Naquele dia, o pregão registrou sua maior queda em seis anos. Nos três anos seguintes, a crise, iniciada em 2008, se aprofundaria e intoxicaria a chamada economia real por todo o mundo. Ícones do capitalismo global, como a General Motors, estiveram com a cordinha no pescoço, salvando-se da bancarrota graças a aportes maciços de dinheiro dos estados nacionais de todo o mundo. Até mesmo o Brasil, onde a crise parece não ter criado raízes, fechou o ano de 2009 com uma retração de 0,2% do PIB.

A RECESSÃO VEM ATIÇANDO REVOLTAS, GREVES E OCUPAÇÕES POR TODO O MUNDO RICO, SEM FALAR NAS MOTIVAÇÕES ECONÔMICAS QUE PRODUZIRAM A CHAMADA PRIMAVERA ÁRABE EM 2010 E 2011

“Se o euro quebrar, isso pode causar uma crise bancária que estaria totalmente fora do controle das autoridades financeiras. Levaria não só a Alemanha, não só a Europa, mas o mundo inteiro para condições muito próximas da grande depressão de 1930, que também foi causada por uma crise bancária que fugiu ao controle”, disse o investidor George Soros ao jornal alemão Der Spiegel, em agosto do ano passado.

A economia do mundo rico entrou aos anos 2010 deste século em frangalhos. Na União Europeia, o PIB deve sofrer uma retração de 0,5%, de acordo com projeções do FMI. Nos EUA a situação não é melhor, com 15,1% da população abaixo da linha da pobreza e quase 9% dos trabalhadores desempregados. A maior economia do mundo subsiste ligada a aparelhos, com a dívida pública atingindo a marca de 100% do PIB no fim do ano.

A recessão vem atiçando revoltas, greves e ocupações por todo o mundo rico, sem falar nas motivações econômicas que produziram a chamada primavera árabe em 2010 e 2011. Os gregos, por exemplo, fecharam o ano de 2011 com seis greves gerais, lutando contra os planos de austeridade anunciados pelo governo local.

Grécia, Espanha, Inglaterra, Portugal, Islândia, Itália, Estados Unidos. Para onde quer que se olhe, um círculo parece estar chegando ao fim. De acordo com o astrólogo Ivan Freitas, os planetas estão entrando novamente na mesma posição que estavam durante a grande crise de 1929. Ainda de acordo com ele, no dia 23 de junho de 2012, o planeta Urano estará a 08°22' do signo de Áries, em quadratura com Plutão. Essa era exatamente a posição do céu na chamada terça-feira negra, 29 de outubro de 1929, o dia da quebra da bolsa de Nova Iorque. Com ou sem quadratura, as mudanças estão vindo.



A revolução das panelas na Islândia

A Islândia é uma pequena ilha no círculo polar ártico, com 320 mil habitantes. A partir de 2003, o país adotou uma política econômica totalmente neoliberal, com a privatização de todo o sistema bancário e o relaxamento das regras para a entrada de capital estrangeiro. O nível de investimento externo no país explodiu, ao mesmo tempo em que o endividamento nacional, público e privado, crescia rapidamente graças à euforia do dinheiro fácil.

Dessa forma, a crise de 2008 foi fatal para o país. Os três maiores bancos foram nacionalizados (para evitar que quebrassem), elevando a dívida pública do país para cerca de 900% do PIB. No fim de 2008, a Islândia estava oficialmente quebrada. O que se viu a seguir foi muito parecido com o ocorrido em outros países da periferia do Euro: enquanto emprestava dinheiro para socializar a dívida privada gerada pelo sistema financeiro desregulado, o FMI procurava impor medidas de “austeridade fiscal”

e de arrocho. Para pagar o empréstimo do Fundo, cada islandês teria de desembolsar cerca de 100 euros por mês, durante 15 anos!

Foi então que começaram os vários protestos e panelaços na capital Reikjavik. Em janeiro de 2009, o primeiro-ministro social democrata Geir Haarde foi forçado a renunciar. Nas eleições que se seguiram, em abril, um governo de esquerda foi eleito. Em 2010, 93% dos islandeses disseram não ao pagamento da dívida com o FMI num plebiscito convocado pelo governo, que inicialmente havia cedido aos apelos do Fundo. Em seguida, o governo islandês abriu um grande inquérito criminal contra os antigos donos dos bancos cuja dívida teve de ser nacionalizada. Um dos banqueiros, Sigurdur Einarsson, terminou com um mandato de prisão internacional a ser cumprido pela Interpol. Em 2011, os islandeses completaram o processo com a redação de uma nova Constituição, que limita as ingerências do sistema financeiro.

Reprodução de internet



Revista **Extratos**

MARÇO A JUNHO DE 2012

31

A indignação dos mileuristas

Em 2005, a publicitária de Barcelona, Carolina Alguacil, então com 27 anos, enviou uma carta ao jornal *El País*, o maior da Espanha, cujo título era “Soy Mileurista”. O termo ficou famoso na Espanha e começa a se espalhar por toda a Europa. Mas o que é um mileurista? “O mileurista é aquele jovem, entre 25 e 35 anos, com graduação, bem preparado, que fala várias línguas, tem pós graduação e às vezes até mestrado. Passou grandes temporadas em trabalhos não remunerados, chamados eufemisticamente de ‘estágios’, trainings, etc. (...) Depois de quatro ou cinco anos no mercado de trabalho, pode considerar-se já um especialista, um executivo. O mal é que não ganha mais de mil euros, sem quaisquer benefícios, e é melhor não reclamar...”, escreveu Carolina.

Carolina cunhou o termo depois de passar uma temporada na Alemanha (“Na Europa...”), onde constatou, a meio caminho entre a raiva e a inveja, que apesar do custo de vida semelhante, seus colegas alemães ganhavam muito melhor que ela. E Carolina não é um caso isolado. “Desde o início dos anos 2000, a Espanha vem passando por um crescimento econômico que é só ilusório. Na verdade, o que cresce são os preços dos imóveis. O emprego e a renda estão estagnados há muito tempo”, conta à *Extratos* o estudante brasileiro Heithor Zanini, 20 anos, que viveu na cidade de Barcelona, entre 2007 e 2010.

Zanini cursava filosofia na Universidade de Barcelona e conviveu durante alguns anos com a geração mileurista. “Há muita gente na Espanha que se forma sem conseguir fazer nem um estágio, daí não consegue emprego depois de formado, por causa da estagnação econômica. Isso está cada vez mais comum, não só lá, mas na Europa toda.” Apesar de atingir principalmente os jovens, o flagelo da recessão econômica acerta também os mais velhos. “Tem um amigo meu que, recentemente, teve que se mudar com a família toda para a casa dos avós. O pai dele dorme na sala da casa do sogro porque eles não conseguiram mais pagar o aluguel”, narra Zanini.

De acordo com dados do Eurostat, mantido pela União Europeia, a taxa de desemprego na Espanha, no fim de 2011, atingiu a marca obscena de 22,6%, en-



Reprodução de internet

“
**AS REIVINDICAÇÕES DA
 GERAÇÃO MILEURISTA
 SÃO O COMBATE
 AO DESEMPREGO, O
 FIM DO PRIVILÉGIO
 AOS POLÍTICOS, A
 REGULAMENTAÇÃO DO
 SISTEMA FINANCEIRO...**

quanto, na Europa como um todo, essa taxa fica em 9,2%. Entre os jovens, a situação é ainda pior: 48% deles estavam desempregados no fim do ano passado. A Grécia ocupa o segundo lugar desse triste ranking: 43,5% dos jovens estavam desempregados no país de Platão e Aristóteles. Entre os que têm emprego, apenas uma minoria ganha de acordo com a qualificação profissional que possui.

A geração mileurista é a responsável pelos protestos que começaram em 2010 e atingiram o ápice com os acampamentos em Madri, na Puerta del Sol, e, em Barcelona, na Plaça Catalunya, precedendo as eleições gerais do dia 22 de maio de 2011. Ao todo, mais de 30 cidades espanholas tiveram acampamentos parecidos em maio. Durante as manifestações

do ano passado, muitas pessoas carregavam flores de cravo, numa referência à Revolução dos Cravos ocorrida em Portugal, em 1974.

“O movimento é fruto de um mal-estar que existe na Espanha há anos. Por outro lado, as organizações de esquerda tentavam canalizar esse mal-estar havia tempo, sem muito sucesso. Por exemplo, enquanto eu estava lá, as reuniões do Fórum Social Catalão aglutinavam, no máximo, 8 ou 9 mil pessoas. Pois bem, sábado (28/01), o Fórum convocou uma manifestação contra os cortes em Barcelona que teve mais de 50 mil pessoas! A militância organizada não tem tantos quadros assim para levar em algum momento, as pessoas não politizadas começaram a sair à rua”, narra Zanini.

Sem dúvida, o movimento dos indignados espanhóis se beneficiou do caldo de cultura criado pelos movimentos anarquistas e socialistas presentes no país, que sempre tiveram muita força. A plataforma Democracia Real YÁ! (Democracia Real Já!), em torno da qual se reuniram as primeiras manifestações de 2011, traz reivindicações como o combate ao desemprego, o fim dos privilégios da classe política e a regulamentação do sistema financeiro e contra o sucateamento dos serviços públicos que mais tarde seriam apropriadas por outros movimentos mundo afora, como o próprio Occupy Wall Street. “O barril de pólvora estava cheio até a boca, agora ele começou a estourar... e o movimento está longe do fim”, aposta Zanini.

Ocupando Wall Street

Próximo à Wall Street, no Bowling Park, há uma enorme escultura de bronze, pesando mais de três toneladas, de um touro furioso. Desde o século XIX, o touro é associado, no mundo da especulação financeira, à tendência de crescimento do mercado, com aumento de preços e valorização das ações. É o chamado *bull market*. Na gíria dos financistas, o outro extremo é o *bear market*, o mercado do urso, que corresponde a uma tendência de declínio, desvalorização e recessão. A princípio, o movimento Occupy Wallstreet (ocupe Wallstreet) foi uma resposta de uma população que viu seu padrão de vida declinando diante da chegada do que parecem ser tempos de *bear market*, ou de vacas magras, como se diz por aqui.

O acampamento no Parque Zuccotti começou no dia 17 de setembro de 2011, com

A PRINCÍPIO, O MOVIMENTO OCUPE WALLSTREET FOI UMA RESPOSTA DE UMA POPULAÇÃO QUE VIU SEU PADRÃO DE VIDA DECLINANDO

uma marcha de cerca de mil pessoas. Dessas, por volta de 200 deram início à ocupação. O movimento foi organizado em várias comissões ou grupos de trabalho, atuando em áreas como infra-estrutura, comunicação, finanças etc. Para a tomada de decisões, o Occupy criou a Assembleia Geral de Nova Iorque, que se reunia diariamente, às cinco horas da tarde. No auge da ocupação, em outubro, os manifestantes chegaram a levantar um toldo com acesso à internet e cerca de cinco mil livros, chamada de “biblioteca do povo”, num esquema de devolução voluntária dos volumes. A biblioteca também promovia saraus literários à noite. Como o uso de amplificadores e microfones foi proibido pela prefeitura, o povo usava um sistema de jogral para passar as mensagens durante as assembleias.

O estudante e militante político Eric Blanc esteve no Occupy Wall Street em outubro passado. À Extrato, Eric contou que “Nos Estados Unidos, há um vácuo completo de luta dos trabalhadores ou de esquerda, por isso o



Occupy se tornou rapidamente o ponto focal para onde convergiram todas as pessoas interessadas em lutar contra a austeridade capitalista. O Occupy na verdade não é tanto um movimento, mas um nome adotado por várias organizações diferentes e indivíduos para levar a luta adiante. É extremamente heterogêneo”. O movimento não possui lideranças formais, apesar de receber apoio de partidos de esquerda e das centrais sindicais estadunidenses, entre elas a AFL-CIO.

O movimento foi convocado, a princípio, por uma revista de esquerda baseada no Canadá, chamada *Adbusters*. De acordo com um levantamento feito por um professor do departamento de Ciência Política da Universidade de Fordham, apenas 11% dos ocupantes se declaravam socialistas, outros 25% se diziam próximos ao Partido Democrata e a maioria, 39%, não tinha uma preferência política clara. Em comum, os ocupantes de Wall Street se diziam parte dos 99%, em oposição ao 1% que concentrou 66% da renda dos Estados Unidos no período da recessão, entre 2007 e 2010.

Entre setembro e novembro, os protestos se espalharam por todo o país, com acampamentos em Chicago, Denver, Oakland, St. Louis, Salt Lake City, Portland, Los Angeles, Filadélfia, Seattle, e na capital Washington. No dia 15 de novembro, o acampamento do Parque Zuccotti foi finalmente demolido pela polícia. Durante a remoção dos manifestantes, que começou por volta de uma hora da manhã, pelo menos 200 pessoas foram presas, inclusive cinco jornalistas que cobriam as arbitrariedades da polícia.

Apesar de “desalojado”, o movimento continua ativo na cidade de Nova Iorque. A Assembleia Geral de Nova Iorque, criada durante a ocupação, continua se reunindo, publicando inclusive as atas das reuniões na internet. De acordo com a página, a última reunião deles aconteceu no dia 28 de janeiro de 2012. Meia hora depois da remoção da polícia, a comissão de comunicação do Occupy pôs no ar uma mensagem onde dizia: “Vocês não poderão impedir uma ideia cujo tempo chegou. Alguns políticos podem nos remover fisicamente dos espaços públicos – nossos espaços – e fisicamente eles podem ter sucesso. Mas nós estamos travando uma batalha de ideias”.

Reprodução de internet



Cultura negra em risco



HISTORICAMENTE, A COMUNIDADE DO MESQUITA VEM SENDO ALIJADA DE SEU TERRITÓRIO ATRAVÉS DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS VICIADOS, DOCUMENTOS FALSOS, GRILAGENS DE TERRA E CERCAMENTOS ARBITRÁRIOS

Quilombolas do Mesquita, na Cidade Ocidental, lutam para manter modo de vida tradicional

→ ANDRÉ SHALDERS
Colaboração para a EXTRATOS

Durante a construção de Brasília, o então presidente Juscelino Kubitschek encantou-se com certo doce de marmelo, que era vendido aos operários em caixinhas de madeira, na antiga Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, por um negro chamado Benedito Antônio. “JK gostava tanto da marmelada do Mesquita que ele sempre comprava uma porção, para ele e para presentear os amigos”, conta a neta de Benedito Antônio, a quilombola Sandra Pereira Braga, 41 anos, moradora da Comunidade Quilombola do Mesquita, como é conhecida a área habitada por descendentes de escravos no município de Cidade Ocidental, em Goiás, a 48 km da capital federal.

A produção do famoso doce de marmelo – e a própria história do Quilombo – remonta a bem antes da construção de Brasília. De acordo com o escritor de Luziânia (GO) Benedito de Araújo Melo (1900-1990), o primeiro pé de marmelo da região foi plantado por volta de 1770, no mesmo

período em que teria começado a história do Mesquita. Ainda de acordo com o escritor, o nome da comunidade teria sido herdado de um antigo fazendeiro da região, chamado João Manuel Mesquita, proprietário das terras onde se formou o povoado que deu origem ao quilombo. Teria sido ali, ainda cativos, que os negros aprenderam o preparo da marmelada.

Segundo o historiador goiano Gelmiro Reis, citado numa reportagem do Estado de São Paulo de agosto de 1989, a comunidade teria surgido oficialmente em 1854, quando João Mesquita teria doado parte de suas terras a três de suas escravas – alforriadas 34 anos antes da promulgação da Lei Áurea, que acabou oficialmente com a escravidão negra no país. A reportagem conta ainda sobre como o sítio São José do Pericumã, de propriedade do ex-presidente José Sarney, localizado nas imediações do quilombo, teria acelerado o processo de desagregação dos quilombolas.

Até 1940, os cerca de 270 hectares do quilombo eram de propriedade e uso comum dos moradores. Depois, a terra teria sido dividida em chácaras entre as seis mil pessoas que lá viviam. Hoje, vivem no Quilombo Mesquita cerca de 800 famílias descendentes dos escravos, de acordo com Sandra, que é presidente da Associação Renovadora dos Moradores e Amigos do Mesquita, a Areme, que luta pela titulação das terras aos quilombolas. A posse das terras quilombolas está garantida no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, e regulamentada pelo Decreto Presidencial nº 4887/2003, assinado pelo ex-presidente Lula.

Luta pela terra

Em 2006, a comunidade foi oficialmente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), do Governo Federal. E, em 2008, iniciou-se o processo de demarcação e titulação das terras quilombolas, após muita pressão por parte do Ministério Público Federal (MPF) e de outros órgãos governamentais.

A situação, entretanto, continuou complicada, a ponto de o MPF ajuizar uma Ação Civil Pública contra o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no fim de 2008, cobrando mais rapidez na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) necessário à titulação da área aos quilombolas. Em 2010, a justiça federal finalmente deferiu a ação do MPF, determinando ao Incra que iniciasse os trabalhos. Também em 2010, o MPF ajuizou outra ação civil pública, dessa vez denunciando desmatamentos e loteamentos que estavam sendo feitos dentro da área do quilombo, próximos da sede do vilarejo, inclusive com licença da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Goiás (Semarh).

“Historicamente, a comunidade de Mesquita vem sendo alijada de seu território



ELES [OS FAZENDEIROS E GRILEIROS] DIZEM PARA OS MORADORES: 'NÃO FICA ANDANDO COM A SANDRA NÃO, QUE ELA TÁ NA MIRA PARA MORRER

através de negócios imobiliários viciados, documentos falsos, vendas de terras por preços muito inferiores aos praticados no mercado (haja vista que a terra era o único recurso que possuíam para resolver suas demandas, principalmente as relacionadas ao pagamento de serviços médicos e advocatícios), grilagens de terras e cercamentos arbitrários (comprava-se um alqueire de terra e cercavam-se 10 alqueires)”, diz a última ação do MPF, de 2010.

Como, porém, os fatos são terrivelmente teimosos e continuam a ocorrer enquanto diferentes braços do estado lutam “pela preservação do bom direito”, a situação dos negros marmeleiros do Mesquita vai se agravando dia a dia. De acordo com a líder comunitária Sandra, “tem fazendeiro fazendo a cabeça de moradores para vender as áreas, dizendo que é ruim ser quilombola”, diz ela. “Ora, se a área é boa para os outros, que querem comprar, que querem usufruir economicamente delas, por que não seria boa para aqueles que têm direito, que são os verdadeiros donos do local?”, pergunta.

“A comunidade quilombola do Mesquita é antiquíssima e reconhecida no movimento negro organizado. Nós somos pela demarcação das terras e pelo fim das agressões à comunidade. É preciso fazer valer o que diz a Constituição Federal, que garante às comunidades quilombolas a propriedade das terras”, diz Jacira da Silva, jornalista e coordenadora do Movimento Negro Unificado (MNU) do Distrito Federal.

De acordo com Sandra, a Areme estima que existam pelo menos outros 500 quilombolas que gostariam de voltar a viver no local, mas são impedidos pelo preço das terras, inflado pela especulação imobiliária. Sandra relata que as ameaças são frequentes, tanto para ela quanto para outros associados da Areme. “Eles [os fazendeiros e grileiros] dizem para os moradores: ‘Não fica andando com a Sandra não, que ela tá na mira para morrer’”. Ela registrou queixa das ameaças recentemente e pretende levar o fato à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR).

Segundo ela, a comunidade encontra-se dividida. “Infelizmente, tem até irmãos nossos que apoiam esses bandidos, achando que vão ganhar alguma coisa no final”, conta ela. Sandra, integrante da família Pereira Braga, uma das mais antigas da comunidade, faz questão de deixar claro que não se trata de uma prebenda. “A demarcação das áreas e a preservação da nossa cultura não é um favor que eles estão nos fazendo, é um direito nosso”, afirma.



Foto: Divulgação



Sindicalistas apoiam vigilantes durante assembleia da categoria em janeiro deste ano



Mobilizados, bancários se reúnem em assembleia no Setor Bancário Sul



Eustáquio e André Nepomuceno durante assembleia dos bancários do BRB



Wander Severo distribui notas em repúdio às demissões do Itaú



Mobilização em to



O novo presidente do BRB, Jacques Pena, visita a sede do Sindicato



Rafael Zanon tira dúvidas durante reunião ampliada dos delegados sindicais do BB



Diretores do Sindicato contra as demissões no Itaú



Rosane Alaby (centro) em ato do Sindicato contra as demissões no Itaú

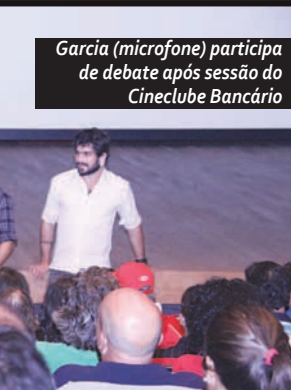




Sindicato faz ato bem humorado contra as demissões imotivadas no Itaú



Sindicato apoia luta dos vigilantes por melhores salários e condições de trabalho



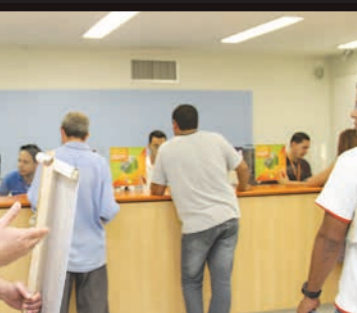
...das as frentes...



"Bloco dos Demitidos" percorre agências do Itaú contra demissões



Por melhores condições de trabalho, bancários lotam Praça do Cebolão



Sandro Oliveira conversa com clientes do Itaú sobre demissões imotivadas



Em ato pelas 6 horas, Araújo exige que BB cumpra a jornada legal sem redução de salário



Jacy Afonso é homenageado na festa dos 50 anos do Sindicato



Eduardo Araújo comanda assembleia do Banco do Brasil

Jacy Afonso participa de assembleia dos vigilantes em janeiro deste ano



Jacy Afonso discursa em defesa dos vigilantes

... para com de direitos



Multidão participa do show da Unidos da Tijuca no Pré-Carnaval dos Bancários, realizado em fevereiro no Eixão



Britto e Afonso são empossados no CDES do DF



Araújo (centro) participa de negociação com o BB



Sindicato protesta contra demissões no Itaú



Eustáquio se reúne com bancários do BRB



Talita Régia cobra igualdade de oportunidades



Fabiana Uehara homenageia as mulheres em seu dia



Jacy Afonso reforça princípios cutistas durante seminário da Fetec-CN



Rodrigo Britto apresenta festa dos 50 anos do Sindicato no ExpoBrasília



Mais de 20 mil pessoas assistiram ao show do Capital Inicial na festa do cinquentenário do Sindicato

quiستا



Bancários lotam ExpoBrasília durante festa dos 50 anos do Sindicato



Rodrigo Britto durante sessão solene na CLDF pelos 50 anos do Sindicato



Araújo participa de mobilização



Trabalhadores participam de assembleia contra terceirização fraudulenta



Jacy Afonso em sessão que homenageou o Sindicato



Rodrigo Britto e Talita Régia durante assembleia da BV Financeira



Aposentados são homenageados pelo Sindicato em seu dia



O diretor Jeferson Meira durante audiência na Câmara



Cerimônia comemora os 50 anos do Sindicato dos Bancários



Cida Sousa e Cristiano Severo durante posse dos bancários do BRB



Diretores do Sindicato exigem fim das demissões no Itaú

MARÇO A JUNHO DE 2012



Arte à flor da pele

Conheça a história do funcionário da Cooperforte que tem várias facetas. Além do trabalho em meio aos computadores é artista plástico e músico

→ THAÍS ROHRER

Desenho, pintura e música são mais que companheiros na vida de Iuri Scardua. De criança desenhista a adulto pintor, de admirador de rock a baixista de duas bandas na capital, é assim a eclética biografia de amores pelas artes de Iuri, que, além de tudo isso, trabalha como webdesigner na Cooperforte desde 2007.

Os 39 anos de idade de Yuri reservam muita história para contar. A infância já moldava talentos que foram se aprimorando até a vida adulta. “Eu amava desenhar. Faço isso desde os oito anos. Eu era aquele aluno que vivia na diretoria porque ficava desenhando durante a aula. Meus cadernos eram cheios de desenho”, lembra.

O menino cresceu e foi fazer faculdade

de desenho industrial na Universidade de Brasília e a partir daí começou a pintar telas. Antes, todos os desenhos eram feitos no papel, somente em grafite. O primeiro quadro seguiu essa linha e ainda está exposto em seu ateliê. É uma folha de papel gigante pintada com lápis de cor e emoldurada.

Partindo dos desenhos, ele criou a própria técnica para pintar telas: grafite com tinta acrílica. Tudo que pinta foi aprendido com a prática cotidiana. Fez apenas um curso de desenho com Jô Oliveira, renomado ilustrador brasileiro. Apesar disso, se engana quem pensa que Iuri faz desenhos e pinturas aleatoriamente, sem se preocupar com a técnica.

O artista plástico desenvolveu uma técnica para os quadros. Todos são desenhados primeiro no papel, feitos em tamanho minia-

tura. Depois Iuri faz um estudo de cores, por vezes com a ajuda do computador, e, finalmente, pinta as ideias em uma tela usando grafite e tinta acrílica.

Seus quadros são de arte abstrata e a maioria é composta de bolas e objetos arredondados. As formas geométricas, diz, são lembranças enraizadas por experiências vividas durante a infância. “Quando entrei na fase da adolescência, eu tinha muitas espinhas e sofria bullying na escola. Eu sonhava com as espinhas e comecei a retratar isso de alguma forma nos meus quadros”, relembra Iuri.

A lista de artistas e personalidades que admira nas artes plásticas é grande. Fora do Brasil, Iuri gosta das obras do pintor e desenhista austríaco Gustav Klimt. No Brasil, a inspiração vem de Rubem Valentim e Athos Bulcão.

Influência da música

Todo esse mundo de pintura, desenho e artes plásticas tem uma “trilha sonora” na vida de Iuri: o rock. Ele é um dos fundadores do Porão do Rock e viveu toda a efervescência do estilo na capital nos anos 80 e 90. Foi aos primeiros shows do Legião Urbana, Plebe Rude e Capital Inicial e se tornou amigo de alguns integrantes dessas bandas.

Atualmente, é baixista de dois grupos de rock, Zamaster e Os Wallaces. Começou a tocar sozinho com 14 anos de idade quando estava assistindo a um vídeo da banda The Cult. “Meu pai comprou uma guitarra para o meu irmão mais velho e acho que ficou com pena de mim e me deu um baixo também. Enquanto eles saíram para ir ao mercado, eu fiquei em casa vendo o show de The Cult e tirei várias músicas no baixo. Nunca fiz aula”, conta.

O Zamaster toca o legítimo rock nacional com influência do ritmo produzido na capital nos anos 90 e cuja inspiração vem de nomes

internacionais como The Clash, Patife Band, Escola de Escândalos, Raimundos e Sex Pistols. A banda só toca composições próprias e já gravou dois CDs. O primeiro foi em 2006, intitulado “O que eu tenho que beber”. O segundo veio em 2010, chamado de “A cabeça é boa, os pensamentos que atrapalham”.

Para continuar a alimentar a alma de rock, alguns integrantes das bandas foram para os famosos festivais que ocorreram no Brasil em 2010 - Rock in Rio e SWU. “Eu sou totalmente roqueiro e vivo isso diariamente. Nos momentos de descontração também continuo no clima e divido isso com os integrantes da banda. Na verdade, já somos uma família mesmo. É até engraçado contar que casamos na mesma época e quando nos separamos, foi no mesmo período também. Ironicamente, o casamento que deu certo foi o da nossa banda”, diz. Eles também participaram da festa em comemoração pelos 50 anos do Sindicato dos Bancários de Brasília que teve o show do Capital Inicial em novembro do ano passado.

“**MEU PAI COMPROU UMA GUITARRA PARA O MEU IRMÃO MAIS VELHO E ACHO QUE FICOU COM PENA DE MIM E ME DEU UM BAIXO TAMBÉM. ENQUANTO ELES SAÍRAM PARA IR AO MERCADO, EU FIQUEI EM CASA VENDO O SHOW DE THE CULT E TIREI VÁRIAS MÚSICAS NO BAIXO. NUNCA FIZ AULA**”

Iuri Scardua

Fotos: Divulgação



“**O SHOW TEM MUITA COISA PARECIDA COM OS MAMONAS ASSASSINAS. ALGUMAS COISAS QUE FAZIAM FOI ATÉ INSPIRADO NO NOSSO GRUPO**”

Brega com rock

O ano de 2010 marcou a volta da banda Os Wallaces. O grupo começou a se apresentar nos anos 80, transformando os clássicos do rock em música brega. Depois de alguns anos o grupo se desfez, deixando muitas histórias e talentos na estrada. Alguns integrantes são do famoso grupo de comédia Os Melhores do Mundo.

Os Wallaces fazem um verdadeiro espetáculo no palco. Todos entram caracterizados com roupas engraçadas e diferentes e se apresentam com apelidos. O de Iuri é Bodo Cheiroso. Ele conta que começaram essa brincadeira da banda, que não tinham muito “juízo” e que retomaram o grupo para curtir, sem compromisso com estilo ou técnica musical.

Muitas características dos Wallaces remetem aos Mamonas Assassinas, que estouraram com sucessos bregas e irreverentes inspirados pelo rock, com auge nos anos de 1995 e 1996. “O show tem muita coisa parecida com os dos Mamonas Assassinas. Chegamos a ter contato com eles, e algumas coisas que faziam foi até inspirado no nosso grupo, como aquela história de levar o garçom para o palco”, conta Iuri.

Lembrando dos bons momentos com os Mamonas, o baixista dos Os Wallaces conta que certa vez os integrantes dos grupos se enfrentaram em uma partida de futebol. Os Mamonas venceram por 10x1. “Foi vexame o nosso time, mas tudo bem. O que vale é competir”, fala Iuri, sorrindo. 📷



Bancários na **luta ao lado de** outras categorias

→ THAÍS ROHRER

Foram várias atividades dos trabalhadores que envolveram temas de relevância para toda a população. Atos, audiências públicas, marchas e outras atividades marcaram a luta pela igualdade, lembraram conquistas e seguiram na busca das reivindicações que beneficiam mulheres, homens, trabalhadores e a sociedade. Veja a retrospectiva dos eventos importantes para os trabalhadores nos últimos meses de 2011 e as novas atividades que mobilizam os trabalhadores no início de 2012.

Janeiro de 2012

Bancários apoiaram a greve histórica dos vigilantes em janeiro deste ano em nome da unidade entre os trabalhadores. Foram quatro dias de paralisação que contou com adesão superior a 90% e o fechamento de mais de 80% dos bancos no Distrito Federal. A categoria arrancou reajuste de 20%, incluindo aumento de salário e gratificações por risco, além de tíquete alimentação de R\$ 17 por dia.

Dezembro

Dirigentes sindicais dos bancários, metalúrgicos, químicos e petroleiros entregaram 220 mil assinaturas pela alteração da Lei nº 10.101, buscando isentar os trabalhadores do pagamento do Imposto de Renda (IR) no recebimento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). As assinaturas foram entregues ao presidente da Câmara Federal, deputado Marco Maia (PT-RS) no dia 1º de dezembro. Das adesões aos abaixo-assinados, 158 mil são de bancários de todo Brasil.

Novembro

Começou no dia 28 a coleta de assinaturas para pressionar os deputados a aprovarem o Projeto de Lei nº 879/11, que propõe a ampliação de cinco para 30 dias a licença-paternidade. O PL tramita na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara. A iniciativa é da deputada federal Erika Kokay (PT-DF). Para aderir à campanha, os internautas devem acessar a página do projeto na internet.

Diretores do Sindicato dos Bancários de Brasília, representantes de outras entidades e de vários movimentos sociais participaram do 1º Fórum A Invisibilidade Negra realizado nos dias 28 e 29 de novembro, em Salvador. O evento foi promovido pela Contraf-CUT e objetivou intensificar as iniciativas dos bancários no combate à discriminação racial. A realidade de discriminação ainda enfrentada pelos negros também foi tema do debate promovido pelo Sindicato no dia 22, data que lembra o Dia da Consciência Negra.

No dia 23 de novembro de 2011, o Sindicato dos Bancários de Brasília completou 50 anos de história - de lutas e conquistas. O aniversário do Sindicato teve comemoração na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Ex-presidentes do Sindicato, representantes de outras entidades sindicais, parlamentares e autoridades participaram da homenagem ao cinquentenário em sessão solene proposta pelo deputado distrital Chico Vigilante (PT) no dia da fundação da entidade.

Trabalhadores, representantes da sociedade civil, acadêmicos, entidades de classe, magistrados e diversos apoiadores participaram do lançamento do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização na Câmara dos Deputados, no dia 17, em Brasília. O fórum tem a finalidade de articular os setores da sociedade na luta contra às tentativas de viabilizar a terceirização precarizando os direitos dos trabalhadores. No dia 23, trabalhadores protestaram na Câmara contra a aprovação do projeto na Comissão Especial sobre Regulamentação do Trabalho Terceirizado da Câmara dos Deputados. O PL foi


aprovado por 14 votos favoráveis e dois contrários. Agora o texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Na luta pela equidade de direitos e oportunidades, o Sindicato participou do 1º Salão de Negócios da Acessibilidade, Reabilitação e Inclusão Social, realizado entre os dias 14 e 16 de novembro, em Brasília. O encontro discutiu temas como: inclusão social, acessibilidade, políticas públicas, legislação e outros temas relacionados aos diversos tipos de deficiências.

Outubro

A primeira audiência pública no Tribunal Superior do Trabalho, no dia 5, tratou sobre terceirização e mostrou como essa prática precariza o trabalho. No TST são mais de 5 mil recursos sobre o tema. Em proporção maior, o Ministério Público do Trabalho (MPT) contabiliza 14 mil processos relacionados à temática. Bancários também participaram da audiência e mostraram que a terceirização e os correspondentes bancários são formas de obtenção de mais lucros via redução de custos, sem levar em consideração as condições de trabalho.

Setembro

O secretário de Organização da CUT Nacional e ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Jacy Afonso de Melo, recebeu o título de Cidadão Honorário de Brasília, concedido em homenagem a sua dedicação à luta e organização da classe trabalhadora no dia 30 de setembro. A cerimônia foi realizada na sede do Sindicato. 

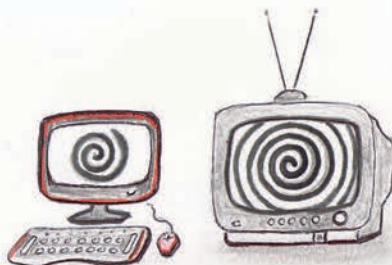
Samba no pé
e nada no prato!



Enquanto as coisas
te compram, o
carro te governa...

... o computador
te programa e a
TV te vê...

... tem alguém
precisando de você!



Tenha sonhos e vá em
busca, a pé ou de fusca!



A luta também se faz com cultura e esporte

Para além das reivindicações por melhores salários, a luta do Sindicato também envolve questões que dizem respeito diretamente à qualidade de vida do bancário fora de seu local de trabalho. É pensando nisso que o Sindicato realiza uma série de eventos para incentivar a cultura e esporte entre os bancários e os trabalhadores do ramo financeiro.



Sindicato dos Bancários de Brasília